coleção
PENSAMENTO AMAZÔNICO
Série André Araújo - v.8

O nascimento de uma cidade:
Manaus 1890 a 1900

2ª edição

Luiz de Miranda Correa

Academia Amazonense de Letras

CULTURA
Edições
Governo do Estado

O Nascimento de uma Cidade
Manaus, 1890 a 1900

DIRETORIA DA ALL – BIÊNIO 2012/2013

PRESIDENTE
Arlindo Augusto dos Santos Porto

VICE-PRESIDENTE
Almir Diniz de Carvalho

SECRETÁRIO-GERAL
Cláudio do Carmo Chaves

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
Armando Andrade de Menezes

TESOUREIRO
Abrahim Sena Baze

TESOUREIRO-ADJUNTO
Mário Ypiranga Monteiro Neto

DIRETOR DE PATRIMÔNIO
Moacir Couto de Andrade

DIRETORA DE EVENTOS
Carmen Novoa Silva

DIRETOR DE EDIÇÕES
Marcus Luiz Barroso Barros

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Avenida Ramos Ferreira, 1.009
Cep 69010-120
Centro Manaus – AM

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETARIA-EXECUTIVA
Elizabeth Cantanhede
Mimosa Paiva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
Antônio Ausier Ramos

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

Luiz de Miranda Corrêa
Membro de Academia Amazonense de Letras

O Nascimento de uma Cidade
Manaus, 1890 a 1900

Coleção Pensamento Amazônico
Série André Araújo – V. 8

Manaus, AM
2012

© Academia Amazonense de Letras, 2012

EDITOR RESPONSÁVEL ¶ **Marcus Barros**

COMISSÃO EDITORIAL ¶ **Lafayette Carneiro Vieira**
Rosa Mendonça de Brito
Armando Andrade de Menezes
Luiz Maximiano Corrêa

COORDENAÇÃO EDITORIAL ¶ **Jeordane Oliveira de Andrade**

CAPA E PROJETO GRÁFICO ¶ **Academia Amazonense de Letras**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA ¶ **Gráfica Moderna**

REVISÃO ¶ **Sergio Luiz Pereira**

NORMALIZAÇÃO ¶ **Ediana Palma**

C824n Corrêa, Luiz de Miranda.

O Nascimento de uma Cidade: Manaus 1890 a 1900 / Luiz de Miranda Corrêa. – Manaus: Academia Amazonense de Letras. 2.ª edição/Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

78p. ; 15x21cm. – IX (Série Torquato Tapajós).

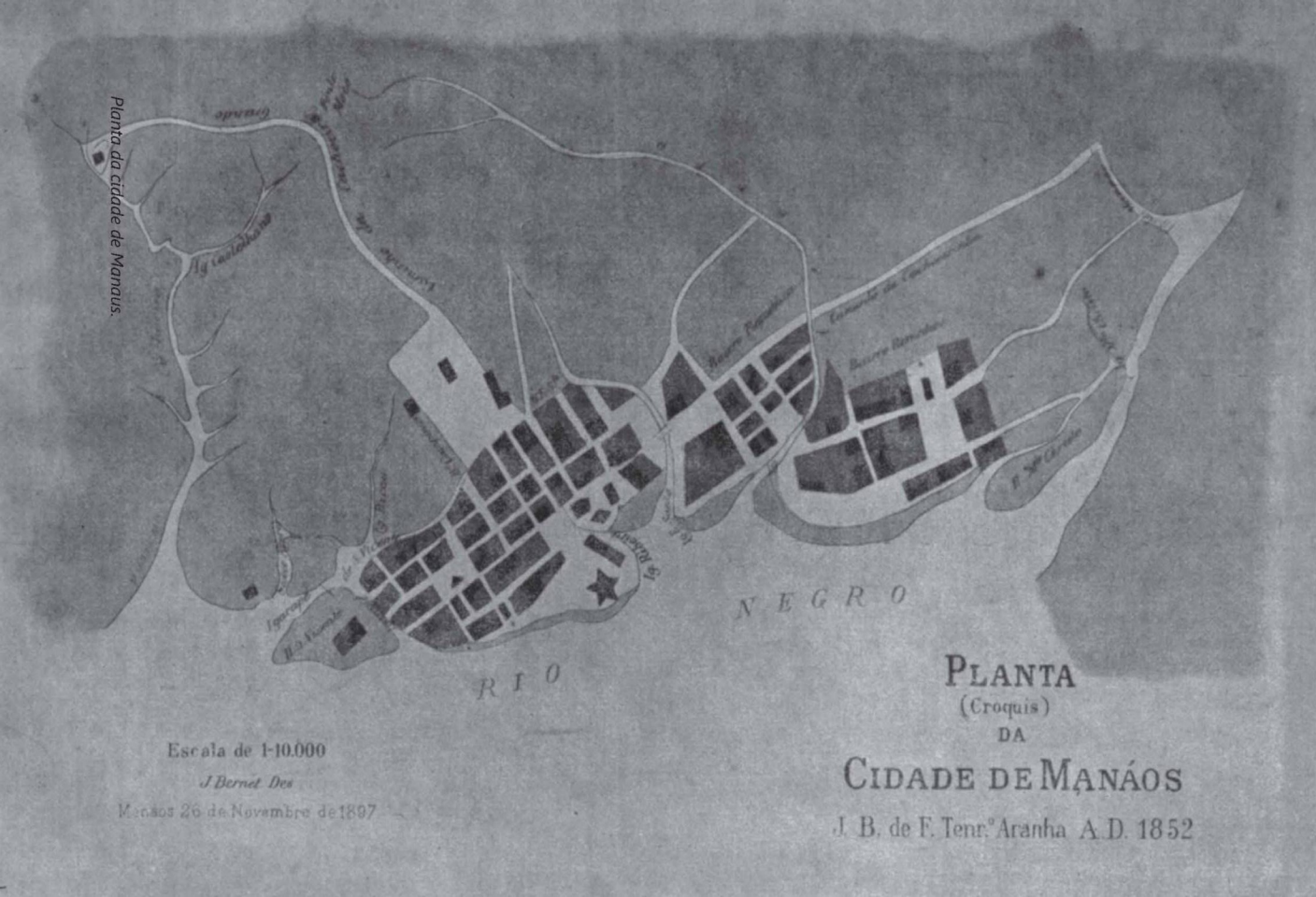
ISBN 978-85-64218-30-7

1. História – Manaus – Amazonas. 2. Cultura. 3. Costumes. I. Título. II. Série.

CDD 981.394
CDU 981.13:008

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz
Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.



Planta da cidade de Manaus.

SUMÁRIO

Apresentação 9
Introdução 11
1 Origens 13
2 Capital da Província 17
3 Eduardo Ribeiro 19
4 A borracha 25
5 Aumenta a arrecadação do Estado 29
6 Teatro Amazonas 35
7 Aventureiros em busca da fortuna 39
8 Fim de governo 43
9 Higiene pública 47
10 Costumes e diversões 53
11 Civilização nos trópicos 57
12 Fileto Pires 61
13 Processos políticos 65
14 A renúncia 69
15 Uma cidade europeia na floresta 73

Apresentação

MANAUS é a resultante de grande aventura da borracha, quando homens de mais variada origem e atividade criaram o momento histórico que nos projetou no Brasil e no mundo dos negócios. Suas origens humildes, no século 17, e sua evolução lenta, mansa, sem ímpetos no século 18 até pouco além de meados do século 19, lá foram alinhados por Bertino de Miranda, Gaspar Guimarães, Genesino Braga, Mavignier de Castro, por nós próprios, em livro antigo, e por Mário Ypiranga Monteiro. A profecia de Manaus no período próximo à decadência consta da monografia do professor norte-americano E. Bradford Burns (*Manaus, 1910*) que as Edições do Governo do Amazonas lançaram recentemente.

Luiz Maximino de Miranda Corrêa, que dirige com tanta segurança e devoção o Departamento de Turismo e Promoção do Estado, tornando-se credor de admiração de todo o país como se constata no que a seu respeito divulga a imprensa de Belém ao Rio Grande do Sul, com relevo especial na Guanabara, nascido em Manaus e apaixonado de sua cidade natal, fez-lhe o perfil paisagístico em excelente interpretação que a revista *Arquitetura* do Rio de Janeiro divulgou. Agora, volta ao tema para o ensaio *O Nascimento de uma Cidade*, em que nos proporciona o retrato de Manaus entre 1890 e 1900, justamente a sua fase heroica, de transformação radical, que a fez emergir da condição primária de aldeia à de cidade nervosa, que se cobria de um manto novo, com a edificação renovada, monumentalizada ou realizada em crescimento vertiginoso, e se desenvolvia por entre o ruído das multidões que a procuravam para nela viverem ou para nela criarem as horas novas que ela passou a viver.

Faltava-nos esta indicação minuciosa, escrita a tintas vigorosas, que nos recordasse um passado recente, que estava sendo esquecido e ignorado pelos jovens que temos de preparar para suceder-nos. O compromisso que o autor assumira comigo próprio está assim atendido, satisfeito plenamente.

Edições do Governo do Amazonas não podiam, em consequência, deixar de inscrever o ensaio entre os seus lançamentos.

Manaus, dezembro de 1966.
Arthur Cézar Ferreira Reis

Introdução

Às MARGENS do rio Negro, cresceu, sob a proteção do Forte de São José, uma pequena povoação que, sucessivamente, seria a sede da Capitania do Rio Negro, Comarca do Alto Amazonas, da Província e do Estado do Amazonas.

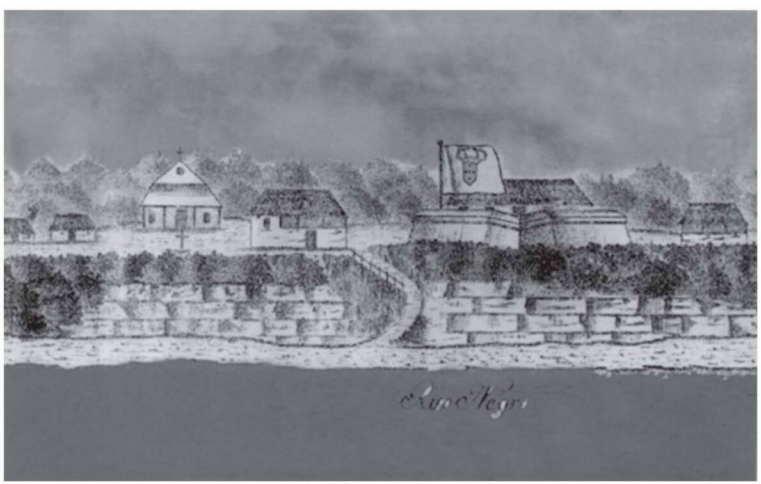
Manaus, o nome definitivo, inicialmente um posto avançado da civilização luso-brasileira, viria a se realizar! Como cidade, nos fins da época imperial, e, principalmente, nos primeiros dias da República, como consequência da riqueza gerada pela extração e pelo comércio da borracha.

A riqueza da borracha e a visão de Eduardo Ribeiro construíram a cidade moderna. Rios e igarapés saneados. Ruas e avenidas urbanizadas. Construção de prédios públicos. Escolas e hospitais. Tais, principalmente, foram os trabalhos realizados, entre 1890 e 1900, época que nos propomos a estudar neste pequeno trabalho. Os homens que herdaram de Eduardo Ribeiro a administração do Estado continuaram seu magnífico trabalho e o Governo do Estado do Amazonas acaba de editar a monografia do professor E. Bradford Burns, da Universidade de Miami (USA), intitulado *Manaus, 1910 – Retrato de uma Cidade em Expansão*, em que descreve a grande época da cidade que se desenvolveu, rapidamente, após seu grande governador. Tentamos retratar um período anterior, exatamente o que engloba a transformação, do pequeno e decadente burgo, em cidade moderna e trepidante. E é o professor Burns quem diz: "Em 1910, Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Mais de vinte anos de produção crescente, exportação contínua e de preços em elevação, haviam criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla". E mais adiante: "Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade europeia de seu

tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis atestavam o estado de modernização da cidade".

Os antecedentes desses dias de primazia foram por nós reunidos, a pedido do Governador Arthur Reis, que vem incentivando a pesquisa histórica em nosso Estado, possibilitando, assim, um conhecimento maior de nosso passado, de nossos sucessos e insucessos. Com nosso trabalho, tentamos cobrir mais uma década da vida amazonense, e esperamos que seja de alguma utilidade para os estudiosos da nossa terra, de nossos homens e de nossos costumes.

Manaus, dezembro de 1966.
L. M. C.



Manaus antiga. Cartão postal – 1579.

1 Origens

Hoje, quando chegamos a Manaus, vamos encontrar, perdida na densa floresta amazônica, uma cidade moderna, em constante progresso, povoada por gente empreendedora e ativa, e, acima de tudo, por homens e mulheres que teimam em ser brasileiros. Sem dúvida, o amazonense de hoje é a continuação do português de ontem, mantendo viva uma comunidade luso-brasileira dentro de um espaço tropical ainda quase desconhecido, afirmando, no espaço vazio, que é a Amazônia, a posse brasileira como antes um punhado de portugueses consolidara o domínio da coroa lusa, nessa parte da América. Em nome de Portugal nos séculos passados. Em nome do Brasil, nos dias atuais e, principalmente, em benefício das futuras gerações brasileiras, que necessitarão de espaço para sua população em contínuo crescimento, e de matérias-primas para um parque industrial em expansão.

A empresa luso-brasileira na Amazônia, que dilataria fronteiras, fundaria fortes e povoações, foi, no trópico brasileiro, um dos maiores sucessos, se não o maior, de sua política de expansão.

Inicialmente, revelação espanhola – com Francisco de Orellana atravessando a região, do Pacífico ao Atlântico, ou com a expedição de Pedro de Ursua –, em seguida alvo da cobiça anglo-holandesa que, à época, iniciavam a conquista de terras e o controle de comércio mundial, o destino da maior parte da Amazônia era o de ser terra portuguesa. E, em 1616, eles chegaram ao delta. Portugueses da metrópole e portugueses do Brasil. À frente, Francisco Caldeira de Castelo Branco, o fundador de Belém do Pará, que trazia, como missão maior, o encargo de expulsar ingleses, holandeses e franceses de seus fortins da costa do Macapá, do Amazonas e do Xingu, aonde comerciavam com

indígenas, tendo montado engenhos e iniciado plantações. Não foi empresa fácil e, durante 30 anos, os combates se sucederam, culminando com a vitória das tropas luso-brasileiras (os portugueses se tinham aliado ao gentio) comandadas por Pedro Baião de Abreu, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, frei Antônio de Merciana e Bento Maciel Parente, entre outros.

Castelo Branco batizou a região com o nome de "Feliz Lusitânia" e iniciou a operação limpeza contra os estrangeiros. Do Forte do Presépio, por ele fundado, irradiou a penetração portuguesa no vale, empurrando o meridiano convencionado no Tratado de Tordesilhas como fronteira entre os impérios coloniais, de Portugal e da Espanha, dilatando a área de domínio luso.

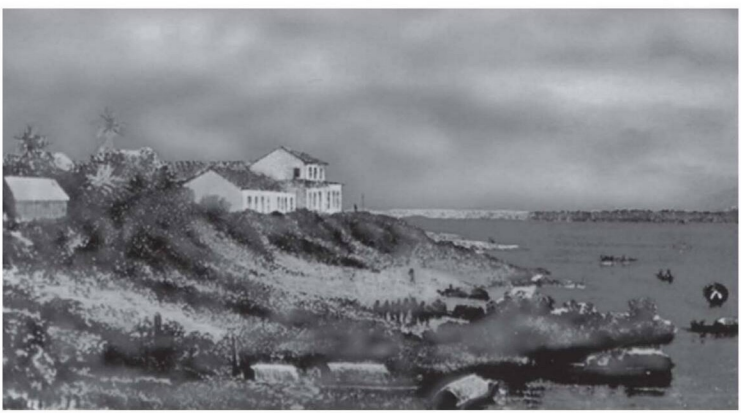
Arthur Cézar Ferreira Reis, governador de 1964-1967.

Arthur Cézar Ferreira Reis, ao referir-se a essa dilatação do império colonial português, diz em *A Amazônia como Mundo Tropical*: "A expansão, efetuada em menos de cem anos, fora empreendida pelos sertanistas regionais, forças militares e religiosas. Os sertanistas buscavam a especiaria abundante no interior, as chamadas 'drogas do sertão', isto é, as espécies vegetais que a Europa estava pedindo e utilizando na fabricação de remédios e na condimentação. A especiaria a que se habituara, vinda do Oriente, estava faltando. A Amazônia passara a suprir a pobreza em que se encontravam os mercados. As forças militares tinham atingido a hinterlândia na tarefa política de estabelecer a ordem, fortificar posições e garantir as novas fronteiras que se fixavam. Nesse particular, realizaram um trabalho meritório. Uma rede de

casas-fortes foi levantada: Macapá, São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Francisco Xavier da Beira, Santo Antônio do Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro. As Ordens Religiosas, catequizando os bandos, as tribos ameríndias, lograram êxitos memoráveis. Eram elas: franciscanas da Província de Santo Antônio, jesuítas, carmelitas, mercedários, franciscanos da Beira e Minho, franciscanos da Conceição. Mais de duas dezenas de cidades e vilas amazônicas resultaram de aldeamentos que montaram na tarefa ingente de conquista espiritual daquelas multidões de primitivos".

Portugal repetia, na Amazônia, seus sucessos no Oriente. Ao lado do interesse comercial, a conquista territorial e a catequese. À medida que perdia o controle das especiarias do Oriente para os holandeses e, em seguida, para os ingleses, iniciava a exploração da especiaria amazônica. O rei de Portugal podia, ainda, ostentar entre seus títulos o de Senhor do Comércio e da Navegação, mas, na prática, ia perdendo o domínio sobre as trocas, ou sobre os mares.

A especiaria amazônica viria, portanto, substituir na pauta do comércio português, com as outras nações europeias, a especiaria oriental.



Manaus antiga. Cartão postal – 1581.

A união desses três interesses portugueses – o comércio, a expansão territorial e a catequese – possibilitaria a conquista dos rios da Amazônia, de suas terras e a ocupação desse território de dimensões imperiais.

Os fortins, quase sempre de pau a pique, garantiram o domínio do Reino nas terras amazônicas, e, quase todos, foram núcleos iniciais de futuras povoações ou cidades. Manaus nasceu de um deles. Do Forte de São José da Barra do Rio Negro, erigido nas proximidades de aldeamentos de gentios, tribos que atendiam pelo nome de Manaus e de Barés. Seu desenvolvimento foi lento e somente com Lobo d'Almada, no ciclo colonial, conheceu um surto de progresso de certa importância, quando, inclusive, foi elevada à categoria de capital da Comarca do Rio Negro.

Com a elevação do Amazonas à condição de Província do Império, Manaus, sua capital, ganhou ruas novas, igrejas, prédios públicos, mas seu destino era o de ser uma cidade republicana, que se realizaria sob a administração de Eduardo Ribeiro e dos governadores que o sucederam.

2 Capital da Província

Antes de Eduardo Ribeiro, a capital do Amazonas nada mais era que uma pequena vila com poucos prédios importantes, quase todos construídos por Leovegildo Coelho, engenheiro do Exército, baiano de nascimento, que representou o Estado, como senador federal, à Constituinte.

Em 1787, o Lugar da Barra possuía três ruas ou caminhos e uma população de 47 brancos, 243 índios e 11 pretos escravos. Quarenta anos mais tarde, alcançara uma população de 3.000 pessoas, população que crescia, eventualmente, durante o Natal, a Páscoa e as festas de São João. Quando, em 1852, instalou-se a Província do Amazonas, Manaus contava com 4.000 habitantes e não possuía um edifício público que merecesse tal nome. No Relatório do seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, lemos: "Não há uma casa própria para a Câmara Municipal celebrar suas sessões, e a em que funciona é alugada, insuficiente e pouco decente a uma corporação respeitável".

Mais ou menos da mesma época é o testemunho de Lourenço da Silva Araújo, oficial da Armada que serviu vários anos no Amazonas: "Consta a cidade de uma praça e dezesseis ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas são cobertas de telhas, e poucas de sólida fundação; porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número. As lojas carecem de mais gosto em sua peculiar ostentação. Possui a cidade duas igrejas, a saber: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, ambas de fundação à imitação da dos jesuítas, isto é, frágil e destituída de arquitetura: o que compensa o povo com um trato e asseio que lhe fazem honra. Possui mais um quartel e uma bela praça, um armazém da arrecadação

da Fazenda Nacional, uma olaria pertencente à mesma Fazenda Nacional, algumas casas para habitação dos empregados. Já se não apercebem os vestígios do Palácio dos Governadores (porque sua fundação era a mesma das igrejas jesuíticas), da fábrica de tecidos de algodão e de alguns edifícios de propriedade nacional. Avultam, ainda, as ruínas da Fortaleza de São José do Rio Negro e do hospital de São Vicente; entre tudo, o que faltou sempre um cais ou rampa para desembarque".

Em 1865, Elizabeth e Louis Agassiz visitaram o Amazonas. Em seu diário, Madame Agassiz anota a sua decepção ante os prédios públicos de Manaus, verdadeiros casebres, ostentando nomes de palácios ou repartições do Governo. E, em 1867, o engenheiro Franz-Keller Leuzinger escreveu que apenas um velho cemitério indígena, descoberto em escavações recentes, despertava algum interesse. As ruas sem calçamento e pessimamente niveladas, as casas baixas e sem estilo, a população diminuta, faziam, da capital da Província do Amazonas, uma grande aldeia.

E assim era Manaus, até a administração de Eduardo Ribeiro. Repleta de casebres cobertos de palha, no próprio centro da cidade. Não possuía rede de esgotos, iluminação elétrica ou telégrafo. Nem mesmo um local aparelhado para embarque e desembarque, carga e descarga, ou ruas e avenidas que justificassem o apelido. Foram necessários vários aterros para que as vias da cidade pudessem crescer e interligar os diferentes núcleos, criando um plano inteligente de acesso, dando a Manaus uma feição de cidade moderna.

3 Eduardo Ribeiro

Eduardo Ribeiro não era amazonense. Nascera em São Luís do Maranhão a 18 de setembro de 1862. Lá fez os estudos primários e secundários. A 24 de janeiro de 1881 embarcara para a Corte, matriculando-se na Escola Militar. Promovido a 2.º tenente, no dia 14 de janeiro de 1886, foi transferido para o 3.º Batalhão de Artilharia a pé, sediado em Manaus. Entretanto, não veio diretamente para a capital amazonense, permanecendo em Belém, adido ao 4.º Batalhão de Artilharia. Mas a 13 de agosto de 1887, por medida disciplinar, foi enviado para Manaus.

Eduardo Ribeiro.

Eduardo Ribeiro era republicano, e este o seu crime. Tinha-se deixado influenciar por Benjamin Constant, a exemplo de grande parte da juventude brasileira daqueles dias. Suas ideias, entretanto, não impediram que recebesse o genro do imperador, conde D'Eu, em sua viagem ao Amazonas.

Em 1889, proclamada a República, e, deposto o então presidente da Província, Manuel Francisco Machado (barão do Solimões), é nomeado governador do Estado o capitão Augusto Ximeno de Villeroy, que chama o tenente Eduardo Ribeiro para o seu Gabinete. Mas pouco tempo ficaria o tenente como auxiliar do governador. Tendo a esposa de Villeroy adoecido de grave enfermidade, o casal se vê obrigado o seguir para o Rio de Janei-

ro, ficando Eduardo Ribeiro na chefia do Executivo amazonense, com a aprovação do Governo Provisório.

Mas no dia 4 de abril de 1891, chega ao Amazonas a notícia da exoneração de seu governador. O povo de Manaus não quis se conformar com a decisão do Governo Central. E, no dia 12 do mesmo mês, reunido na praça da República, aclama Eduardo Ribeiro governador. Mas a decisão do Rio de Janeiro tinha de ser cumprida e a 5 da maio do mesmo ano assume o Governo o barão do Juruá. Guilherme José Moreira, que ocupava o cargo de 1.º vice-governador.

Promovido, a 7 de junho, ao posto de capitão do Estado-Maior de 1.ª Classe, segue para o Rio de Janeiro, a 27 do mesmo mês. Vai assumir o cargo de professor da Escola Superior de Guerra para o qual fora nomeado pelo Governo Provisório.

Em 1892, o Partido Democrata, chefiado por Emílio José Moreira, fê-lo seu candidato ao Governo, com o apoio de quase todos os senadores e deputados. Eduardo Ribeiro sai vitorioso

e, a 23 de julho de 1892, é empossado na direção dos negócios do Amazonas.

Imediatamente, inicia um grande número de reformas, e praticou uma série de atos que iriam provocar a ira dos chefes políticos. Reforma a Constituição do Estado. Dissolve o Congresso Legislativo, fazendo eleger os homens de sua escolha, sem audiência do seu partido e da representação do Estado no Congresso Nacional.

Raimundo Nunes Salgado, que dirigia o jornal *Amazonas*, iniciou violenta campanha contra o governador. No Senado da República, o barão do Ladário não dava tréguas a Eduardo Ribeiro, acusando-o de desonesto e solicitando investigações sobre o seu enriquecimento. Na Câmara, o deputado Gabriel Salgado dos Santos endossava a campanha do barão do Ladário. Incluíam-se, na ilustre lista dos seus opositores, o explosivo Thaumaturgo de Azevedo, Emílio José Moreira, seus irmãos e correligionários.

Na ocasião de escolher seu sucessor, aponta o capitão Fileto Pires Ferreira, um de seus mais chegados amigos. Passamos a palavra a Agnello Bittencourt, testemunha ocular da sucessão: "É candidato oficial o capitão Fileto Pires Ferreira, deputado federal e muito amigo de Eduardo Ribeiro. Mas acontecia que o então Congresso Legislativo do Estado iria prestes terminar o seu mandato, antes da sucessão do governador. Foi eleito o novo Congresso do qual ia depender o "reconhecimento" e a "posse" de Fileto Pires Ferreira. O Partido Democrático tinha maioria de licurgos. Perigava, assim, o candidato oficial. Os situacionistas, numa cilada por demais cômica e degradante, do chamado "Congresso Foguetão", alijam, dos seus sufrágios, nove deputados da oposição, ensartando, em seus lugares, outros tantos (intrusos)".

Agnello Bittencourt, então, amanuense do Congresso Legislativo do Estado, e testemunha dos conchavos, condena a transformação daquele caso em "teatrinho bufo" e lamenta que o comando da operação, que degradou o Congresso, estivesse com Eduardo Ribeiro. Diz: "É lamentável que Eduardo Ribeiro,

tendo se colocado nos bastidores daquele teatrinho, houvesse concordado indiretamente para as cenas que passaram para a história política do Amazonas".

Na verdade, Fileto Pires não tinha sido eleito governador. Outro fora o candidato vitorioso nas urnas. O Congresso, entretanto, o reconheceu como vitorioso, dando-lhe posse. Anos mais tarde, esse mesmo Congresso aceitaria, como verdadeiro, um documento falso de renúncia, apeando do poder o capitão Fileto Pires Ferreira.

Após passar, a 23 de julho de 1896, o Governo ao seu candidato, retira-se para o Rio de Janeiro. Não queria, entretanto, encerrar sua carreira política. Concorre com o barão do Ladário a uma vaga no Senado Federal. Vencedor, é, entretanto, esbulhado. O Senado reconhece e empossa o barão: o fim de sua carreira política.

Aos 38 anos de idade, encontrava-se em Manaus, residindo na estrada de Flores, em sua chácara. Sofria das faculdades mentais. Meses antes de seu falecimento, ocorrido a 14 de outubro, viajara a Europa. Uma junta médica, em Gênova, composta pelos professores Ludovici, Maragliaso e Taburini, atestara sua doença, acreditando, entretanto, no seu restabelecimento gradativo.

A notícia de sua morte abalou o Estado. Suicídio ou assassinato? Muitos, como João Barreto de Menezes, preferiram esta última hipótese, mas, ao que tudo indica, Eduardo Ribeiro suicidou-se.

Do laudo dos médicos Carlos Gre, Clementina Ramos, Alfredo Araújo e Miranda Leão, consta o seguinte: "a cabeça presa por uma corda de linha fixada na parte superior em um armador de rede; esta corda estava passada em volta do pescoço e atada por um nó corrediço; o restante da corda passava em uma roldana, das destinadas a suspender o mosquiteiro, fixada no centro do teto do quarto; a cabeça do cadáver achava-se reclinada sobre a espádua direita. A boca entreaberta deixava ver a extremidade da língua presa entre as arcadas dentárias; os olhos cerrados e a face

vultosa e congesta. O braço direito, em meia flexão, repousava sobre o terço superior da coxa do mesmo lado; o braço esquerdo pendendo sobre o soalho, repousando sobre a face dorsal da mão que se achava em supinação". Os médicos concluíram que não havia sinais de luta, ou violência. Não se viam equimoses e a posição do cadáver era o mais natural possível.

Segundo o historiador Mário Ypiranga Monteiro, correu, à ocasião do falecimento, a versão de que tinham sido trazidas, de Santarém, umas ervas para envenenar Eduardo Ribeiro. Mas até agora, nada de positivo apareceu para confirmar a hipótese do assassinato.

Eduardo Ribeiro exerceu a chefia do Executivo amazonense em três períodos: por nomeação e aclamação, sucessivamente, 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891 – por investidura, por ser 2.º vice-governador, de 11 de março a 23 de julho de 1892; por eleição direta, de 23 de julho de 1892 a 23 de julho de 1896.

4 A borracha

Na segunda metade do século 19, três fatos, de ordem econômica, viriam alterar a paisagem social e econômica do Amazonas. A chegada de levas de imigrantes nordestinos, a introdução da navegação a vapor, e, principalmente, a exploração da borracha em larga escala, esta última, importando no abandono, quase total, das atividades de coleta de outras espécies nativas.

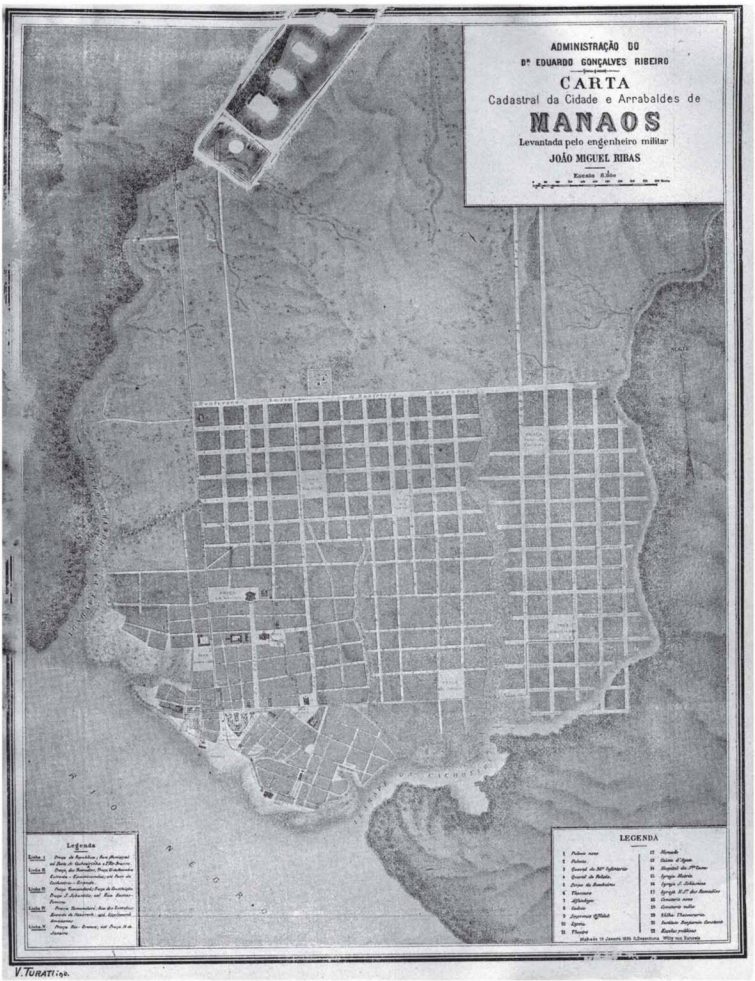
Iniciava-se, assim, a fase da borracha, que permitiria, em poucos anos, a transformação das cidades amazônicas, principalmente de Belém e Manaus, esta última apenas uma grande aldeia, antes do advento do ciclo gumífero, em núcleos modernos e verdadeiros polos de atração de comerciantes, profissionais liberais, construtores, operários especializados e aventureiros.

O Amazonas, que Eduardo Ribeiro encontrou para governar, era, portanto, um Estado em que tudo estava por fazer, mas que possuía os recursos para tanto. Precisava, apenas, de um homem de "engenho e arte" e esse homem era o novo governador.

A remodelação urbanística e arquitetônica da capital dá prova de sua audácia e visão. E sua Mensagem de 10 de julho de 1894 nos diz da prosperidade do Estado. Nela, lemos: "A opulenta receita do Estado, os grandes excessos sempre crescentes das arrecadações efetuadas sobre as orçadas, são a prova mais evidente de que o Amazonas é capaz dos mais corajosos empreendimentos".

Eduardo Ribeiro mostrou que era o homem certo para o momento. Por meio de suas mensagens ao Congresso Estadual, podemos acompanhar o ritmo de trabalho que impôs ao seu Governo. Desde o arruamento e calçamento das vias públicas, até à construção de prédios para a Administração, sem esquecer

problemas inadiáveis, como o do abastecimento d'água e o aterramento de igarapés.



Planta da cidade de Manaos.

Mas não esqueceu o interior do Estado. Espalhou escolas por quase todos os municípios. Parintins, Boa Vista, Manaca-

puru e Maués se encontram entre as regiões beneficiadas por seu Governo.

A capital, entretanto, como não poderia deixar de ser, foi a grande beneficiada. Até 1895, já tinha arruado e calçado um grande número de logradouros públicos e ajardinado praças e parques. As pequenas ruas viram seu traçado refeito e receberam calçamento. Os prédios destinados à Administração pública tiveram suas construções iniciadas e, em muitos casos, terminadas. A própria vida social sofreu os benefícios diretos da euforia econômica e da ação governamental.

Casas, mansões e palacetes começaram a preocupar os homens enriquecidos nos negócios da seringa. As viagens à Europa, os produtos importados, as notícias publicadas nos periódicos, que começavam a circular, o dinheiro ocioso, fizeram nascer naquela sociedade de bandeirantes a necessidade do conforto, do luxo e, muitas vezes, de requinte.

Já em 1893, Eduardo Ribeiro podia afirmar que as condições de salubridade, na capital e no interior, se mantinham em padrão razoável e que as autoridades municipais de Manaus cogitavam "com interesse e zelo de medidas referentes ao saneamento da cidade". Nessa mesma época, preocupava-se com as necessidades da instrução pública e, a 8 de novembro de 1893, resolve construir prédios apropriados para escolas públicas, desde que a capital contava, apenas, com dois edifícios condignos para aquele fim. Preocupava-se, também, com o ensino superior e profissional, decretando uma reforma no Instituto Amazonense de Educandos Artífices. Na mesma ocasião, contrata as freiras de S. Anna para se encarregarem da direção de Instituto Benjamin Constant, estabelecimento destinado a receber as órfãs desvalidas do Estado.

Mas o urbanismo e o paisagismo da cidade de Manaus eram sua preocupação constante. Em sua Mensagem de 1893, lemos: "Com o fim de executar o plano de embelezamento de Manaus, declarei de utilidade pública vários terrenos de proprie-

dade particular, faltando, ainda, desapropriar outros para o que solicita-vos meios".

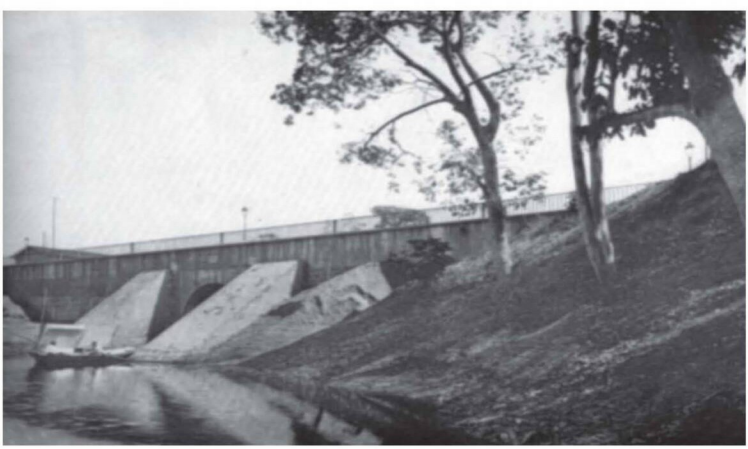
A divulgação do Amazonas e de seus produtos merece sua atenção. Para a Exposição Universal Colombiana de Chicago (1892), envia uma coleção de produtos amazonenses e designa Lauro Batista Bittencourt como representante do Estado naquele certame.

Sem dúvida, Eduardo Ribeiro tinha o élan necessário para realizar a transformação que sonhava. Dos problemas de educação aos de urbanismo e paisagismo, sua presença se fazia sentir-se. Ele e seus auxiliares não se prenderam a soluções rotineiras. Eram do tipo de homens que não se intimidam e ousam inovar. Nada estava realizado no Estado e tudo faltava. Se, por um lado, a receita provia o Governo de recursos mais do que suficientes ao custeio de seus planos ambiciosos, por outro, não existiam técnicos, mão de obra e material necessário à realização de tais planos. Mais uma vez o "engenho e arte" dos homens de visão superariam tais obstáculos.

5 Aumenta a arrecadação do Estado

Nos anos que vão de 1892 até 1896, Eduardo Ribeiro trabalha com afinco. Planeja, propõe medidas ao Congresso e executa melhoramentos para a capital do Estado.

Em 1892, preocupa-se com a construção de pontes necessárias ao prolongamento de ruas e avenidas e a interligação de núcleos residenciais. Contrata e inicia as obras das pontes sobre os igarapés de Manaus, Bittencourt e Cachoeirinha. Com a mesma intenção, inicia o nivelamento das ruas Tarumã e Municipal (atual av. de 7 de Setembro).



Rua municipal. Uma ponte.

Ainda em 1892, dá início à urbanização e à execução do projeto paisagístico das praças de 15 de Novembro e do Tesouro do Estado, no término do aterro do igarapé do Espírito Santo.

Projeta um grande número de novas vias públicas, inclusive a avenida do Palácio, terminando no alto da colina, onde ini-

ciara as obras do Palácio do Governo. Nesse último funcionariam, além das instalações destinadas à chefia do Executivo, a Secretaria de Estado e o Corpo de Bombeiros.

Sete com instalações – Praça 15 de novembro.

Dirigindo-se aos representantes do Estado, informava em sua Mensagem ao Congresso: "Estão também contratados e já iniciadas as obras para a continuação da construção do Teatro da praça de São Sebastião, estando já contratados os de sua decoração. O edifício terá uma fachada luxuosa, lotação para mil pessoas, e todos os melhoramentos modernos já quanto às cautelas para evitar os ruinosos incêndios e outros desastres, já quanto às condições acústicas".

Ainda no que se refere a novas construções, lemos em sua Mensagem de 1893: "Parece-me de toda a conveniência a construção de um edifício vasto, destinado a servir de Palácio da Justiça de Manaus, oferecendo acomodações amplas para o Superior Tribunal de Justiça, Junta Comercial, Júri, Sala dos Casamentos, de audiências e cartórios de Tabeliões e Escrivães". E mais adian-

te: "Deveis decretar meios para a construção de prédios destinados ao Congresso e sua secretaria, bem como para a chefatura de Segurança Pública".

Um dos jardins da Praça da Matriz.

Prosseguindo, o governador solicita créditos para a construção de 4 escolas, de um quartel para a Força Pública do Estado, para um hospital de caridade, para um hospício de alienados, para novas instalações de bombas e de um encanamento de distribuição d'água, para a instalação de uma linha de bondes, entre outras. Na mesma ocasião, informa que a receita do Amazonas poderá arcar com todas essas responsabilidades, dizendo: "A situação financeira do Estado continua florescente, graças ao incremento que tem tido as rendas, pela expansão natural da riqueza pública. No exercício de 1890, a receita orçada do Decreto n.º 26, de 27 de janeiro, foi de 2.243:270$000 réis e o arrecadado elevou-se a 2.343:617$810 réis, havendo um excesso de 100:347$810 réis sobre a orçada. A despesa ordinária sendo orçada, pelo mesmo, em 2.243:270$000 réis ficou reduzida a 1.835:087$269 réis,

sendo a diferença de... 408:82$731 réis e tendo havido um saldo de 508:530$541 réis. Já no exercício de 1891 a receita arrecadada atingiu a 4.747:072$970 réis, quando a orçada atingia a cifra de 2.368:750$000 réis. Nesse ano a despesa se elevou a 3.552:188$636 réis, possibilitando um saldo de 1.194:884$334 réis. Em 1892 o saldo atingiu 2.778:441$588 réis". Saldo que possibilitaria ao Governo a realização das obras a que se propunha.

Até 1896 o Estado continuava a ver suas rendas em ascensão. E ainda é Eduardo Ribeiro quem informa: "As rendas públicas continuam a crescer progressivamente. É extraordinária a diferença que se observa de um exercício financeiro para outro. As previsões orçamentárias são sempre excedidas em consequência dos acréscimos constantes das rendas arrecadadas".

A grande fonte de receita do Amazonas continuava a ser os direitos cobrados sobre a exportação de produtos nativos, e, em maior parte, sobre a borracha.

Segundo relatórios da época, a exportação de produtos nativos, para o exterior, aumentara extraordinariamente entre 1888 e 1898. Somente entre julho e dezembro de 1894, para exemplificar, o Tesouro arrecadou a fabulosa importância de 1.270:022$038, e no mesmo período do ano de 1895 o montante cobrado ascendeu a 2.068:543$379. E tudo isso, como Eduardo Ribeiro teve ocasião de afirmar, sem que o Estado fizesse algum esforço. Aumentava a produção da borracha e, com uma taxação tradicional, aumentava também a arrecadação. Em 1890, a receita arrecadada fora de 2.243.270$000. Em 1895, atingira a 10.263.579$955. As afirmações da época quanto à riqueza do Amazonas que, em 1896, encontraria, em discurso do próprio governador, a seguinte forma: "Não exagero se dizer-vos que as fontes de receita desse Estado são inesgotáveis" e que fariam com que corresse pelo país e pelo mundo a fama do Eldorado amazonense, pareciam ser verdadeiros. E ainda é Eduardo Ribeiro quem diz: "A completa transformação de Manaus é a prova patente do que vos afirmo. Será um crime ousar negá-lo. No

grande conjunto de melhoramentos de que se acha cheia a capital e o interior do Estado, tem sido dispendida pouco mais da terça parte das rendas do Estado no período de 1892 a 1895".

Quanto ao ensino, em 1895, pratica uma reforma do ensino, preparado pelo Dr. João José Fernandes Veiga. E informa que o Ginásio Amazonense tem funcionado regularmente e que a Escola Normal se encontra em fase de organização, apesar de já funcionar. Cria, então, a escola modelo, que leva seu nome, e continua a dotar o Instituto Benjamin Constant de instalações condignas. Também, no ano de 1895, solicita meios para iniciar a construção de um prédio novo para o Instituto de Artes e Ofícios, argumentando que ele se encontra instalado em construção, que não oferece as acomodações necessárias e que se encontra prestes a desabar.

Edifício do instituto (Cliché G. Huebner & Amaral)

Em 1896, o Governo inaugura o calçamento a paralelepípedos da rua Municipal e o "embelezamento" da praça de 15 de Novembro, inclusive o montagem do chafariz. O novo prédio

do Instituto Benjamin Constant é concluído e as construções do Palácio do Governo, do Teatro Amazonas e do Palácio de Justiça continuam, da mesma maneira que o reservatório d'água. E, fato importante, inaugurava-se o "serviço de viação pública do perímetro urbano da capital para os subúrbios".

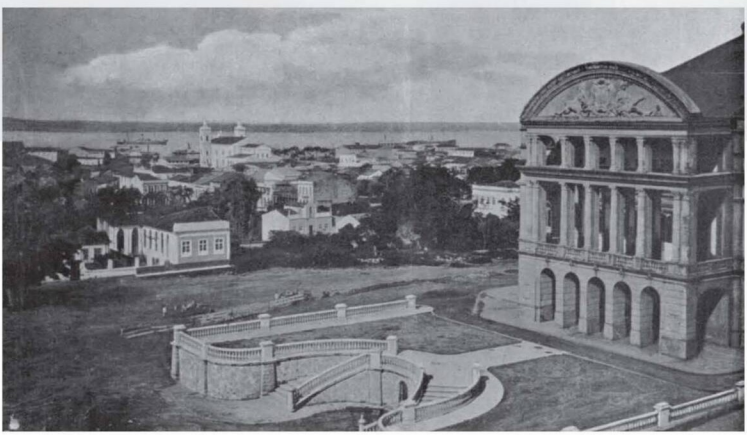
Em 1896, Eduardo Ribeiro entregava o Governo do Amazonas a Fileto Pires Ferreira, que continuaria o plano de obras que herdara da administração que sucedia.

Reservatório de água (MOCÓ).

Palacio da justiça.

6 Teatro Amazonas

O Teatro Amazonas ficaria, no Estado e em todo o mundo, como um monumento a essa época de dinheiro fácil e de grandes arrecadações do Tesouro Público.



Mao (Lado sul).

Sua construção era um desejo da burguesia enriquecida pelos negócios da borracha, que começava a viajar à Europa e não se sentia feliz assistindo às companhias europeias, que se exibiam em Manaus, em modestos teatros como o Eldorado ou o Éden. No dia 21 de maio de 1881 a Assembleia Legislativa Provincial aprovou projeto de lei que decidia a construção de um teatro oficial, consignando uma dotação de 120 contos de réis. No mesmo ano, o presidente da Província, na ocasião o comendador Alarico José Furtado, sanciona a lei. Era o início, a própria pedra fundamental de uma construção que entraria para a lenda, cuja fama correria o mundo, dando foros de verdade a outras

lendas, que também corriam sobre a cidade do rio Negro, a Manaus moderna, com ruas cobertas de seringa, o novo ouro do século da Revolução Industrial.

Ao tentarmos reproduzir a marcha da construção do Teatro, utilizaremos informações encontradas nos trabalhos de Genesino Braga, Mário Ypiranga Monteiro, Sheila de Freitas Martins, Leandro Tocantins e no que nos foi possível colher nos jornais da época e nas mensagens de Eduardo Ribeiro.

O local escolhido para a construção do Teatro foi a rocinha do coronel Antônio Lopes de Oliveira Braga e a pedra fundamental foi lançada em 14 de fevereiro de 1884. O projeto original de autoria do Gabinete Português de Engenharia sofreu, afinal, uma série de modificações, abandonando bastante o seu espírito "neoclássico" e adotando, principalmente, na decoração interna, a nova linha do "art noveau". Se por um lado o dinheiro que se amontoava nos cofres do Estado, já devido aos negócios da borracha, era suficiente para garantir o prosseguimento imediato das obras, a dificuldade com mão de obra especializada era de ordem a prejudicar o bom andamento da construção. Os empreiteiros Rossi & Irmãos tiveram de mandar vir da Europa técnicos e operários especializados para trabalhar na edificação do Teatro.

As obras, entretanto, arrastavam-se. Eduardo Ribeiro, ao assumir o Governo em 1892, encontrou a construção quase parada e, segundo alguns, com partes dos alicerces e paredes cobertas por vegetação. O novo governador indenizou os empreiteiros originais e abriu nova concorrência. Contratou com Crispim do Amaral, Manuel Gomes da Rocha, Enrique Mazzolani e Vicente de Miranda a decoração interna e o fornecimento de mobiliário, as obras de estuque, a decoração externa do edifício e a instalação elétrica do prédio, respectivamente. Mais tarde, o artista italiano De Angelis executaria as telas do salão nobre, bem como as pinturas do forro do mesmo salão.

O projeto do piso em "marquiterie", utilizando diversas madeiras do Amazonas, é também da autoria dos mesmos

artistas. Já o teto da sala de espetáculos foi executado em Paris, pela casa Capezot. Felizmente, telas e murais chegaram perfeitos até nossos dias.

A montagem da cúpula levou quase dois anos. A estrutura metálica, de origem europeia, e as belas telhas de faiança francesa, formando a bandeira brasileira, deram aspecto monumental ao Teatro. Em seu interior, encontramos escadarias, balcões, gradis e bancos de ferro, seguindo o estilo "art noveau", forjados em Glasgow.

De 1892 a 1896, Eduardo Ribeiro solicitou ao Congresso Estadual os meios necessários para concluir o Teatro. Se não foi o dono da ideia da construção, foi, sem dúvida, seu construtor. Mas, por uma dessas infelizes ocorrências, não pôde inaugurá-lo, apesar de as obras prosseguirem em ritmo acelerado ao ponto de os trabalhos se prolongarem até à noite. Sua noite de estreia foi a 31 de dezembro de 1896. Então Fileto Pires Ferreira já governava o Estado.

A construção da monumental casa de espetáculos pode bem ser tomada como um símbolo do arrojo e da força de vontade dos homens do Amazonas daqueles dias. Pode-se argumentar que a construção do Teatro só pôde tornar-se realidade pelo dinheiro acumulado nos cofres do Estado. Se por um lado isso é verdadeiro, por outro, tudo faltava à cidade que nascia. Engenheiros, operários, mestres de obras, eletricistas, pintores, decoradores e materiais de construção.

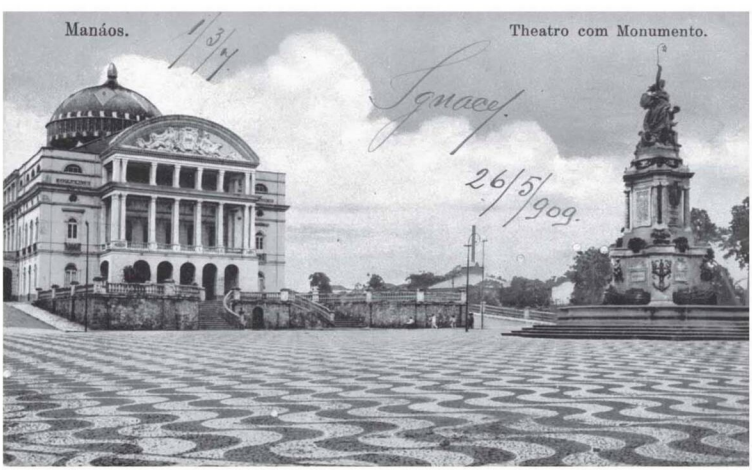
No Teatro, quase tudo é de procedência europeia. Até mesmo os patamares de pedra liós vieram de Lisboa.

Os jornais da época descreveram em linguajar bombástico a abertura da bela casa de espetáculos. Uma cronista atual, referindo-se à já longínqua noite de 31 de dezembro de 1896, diz: "sua noite de estreia foi sem paralelo, verdadeiro deslumbramento de luzes, cores, ostentação de riquezas, toilettes caríssimas e joias deslumbrantes".

Como dissemos acima, o Teatro permanece hoje como um marco de uma época de riqueza, aventura e arrojo, em que o

homem do Amazonas tentava mostrar ao mundo o estágio de civilização que alcançara e o poder de sua economia, que considerava tão segura ao ponto de Eduardo Ribeiro afirmar, num rasgo de lirismo, que a floresta amazônica era tão rica que só ela poderia prover o Estado de recursos ilimitados.

Cidade de Manaos lado sul-B.



Manaus antiga – George Huebner – 1865-1902.

7 Aventureiros em busca da fortuna

Em 1893, a safra de borracha excedeu a expectativa de seringalistas, exportadores e homens do Governo. O clima de euforia continuava a dominar a aldeia que se fazia cidade. Cada navio, nacional ou estrangeiro, ao chegar, desembarcava uma nova partida de homens em busca de fortuna fácil, como seringueiros ou como homens de negócios. A exportação da seringa carreava um sem-fim de recursos ao Tesouro do Estado, apesar das taxas, no Amazonas, serem inferiores às do Pará. É o próprio administrador da Recebedoria do Estado – coronel Deodato Gomes da Fonseca – que, em Relatório apresentado ao governador, a 22 de junho de 1893, afirmava: "É-me grato declarar-vos que a safra da borracha de 1.º de janeiro do corrente ano a 31 de maio último correspondeu com excesso às previsões da Lei n.º 28, de 29 de outubro do ano passado". Apenas nesse período a Recebedoria despachara 5.028.268 kg, representando um aumento de, pelo menos, 7% sobre a safra anterior, tendo o mesmo administrador informado que, tais números, tendiam a ser maiores com a "exportação efetuada pelas diferentes coletorias, cujo resultado não me foi possível obter para dele dar-vos notícia neste humilde trabalho".

Detalhe interessante a diferença, que sempre apontavam os estatísticos, entre o quadro de borracha manifestada em Manaus e a exportada, atribuída a uma espécie de contrabando interno, feito pelos empregados dos barcos, que viajavam pelo interior do Estado. Prática, à época, chamada de "ciganagem" e o que se entregavam práticos, maquinistas, foguistas, mestres, grumetes etc., e que consistia no comércio de trocas de pelas de borracha por objetos manufaturados.

Em todo caso, o situação de 1893 era completamente oposta a de 1878, quando a Assembleia Provincial votou a Lei

de número 385, beneficiando a exportação de produtos amazonenses que "fossem exportados diretamente desta praça para países estrangeiros, sem intervenção de intermediários no seu trânsito". Tal lei foi recebida pelo comércio paraense como um ataque frontal a seus interesses, ao ponto de tentarem uma reação proibindo às casas amazonenses a abertura de filiais em Belém. Essa lei, entretanto, ao findar o século 19, era considerada, em Manaus, o primeiro degrau da ascensão econômica do Amazonas, ou no dizer de Deodato Gomes da Fonseca: "o primeiro passo encetado pelo Amazonas na senda do seu progresso, hoje já tão deslumbrante".

Em 1878, ainda se podia afirmar que, no Amazonas, tudo estava por fazer, e que a jovem Província era uma das mais primitivas regiões do país, apesar de sua produção gumífera. O comércio diminuto, as rendas sem maior significação, a indústria ainda inexistente e o potencial florestal desconhecido. Mesmo os rios não se encontravam inteiramente explorados.

Em 1893, a situação começava o mudar e a praça de Manaus contava com grandes casas aviadoras. Os rios já estavam mais conhecidos, os seringais mais explorados. Hotéis, lojas, teatros enfeitavam os caminhos que começavam a se arruar. E, além da borracha, o cacau, a castanha e o guaraná contribuíam com generosas parcelas à riqueza do Estado. Somente este último produto fizera entrar, às Coletorias de Maués e Parintins, a quantia de 1.116$570 réis, soma fabulosa para a época. Justificava-se a euforia. Os termos "sem similar no mundo", para os produtos da floresta, eram encontrados não só em jornais, mas, até mesmo, em relatórios oficiais.

E, do resto do país e do exterior, continuavam a chegar navios, desembarcando homens e mulheres em busca da fortuna. De maio de 1892 ao mesmo mês de 1893, desembarcaram em Manaus quase dois mil brasileiros e oitocentos estrangeiros. O movimento de navios, que aportaram na capital, alcançou a cifra de 365, bastante significativa para aqueles dias.

Em 1894, o Estado mostrou uma maior preocupação quanto à navegação fluvial. Apesar do grande número de navios, nacionais e estrangeiros, que tinham chegado a Manaus no ano anterior, o Governo achava necessário ajudar as companhias de navegação que tivessem Manaus como sede, e que viajassem expressamente para o interior, visando, principalmente, aos seringais que, por facilidades de transporte, "mandam fazer seus aviamentos na praça vizinha (Belém) visto que os navios que do Pará vêm para o interior, aqui chegam completamente carregados". E na Mensagem de Eduardo Ribeiro do ano de 1894, encontramos, no Relatório apresentado por Deodato Gomes da Fonseca, a seguinte argumentação em favor da subvenção às companhias de navegação: "O Estado tinha um contrato com a Companhia Red Cross Line, para efetuar uma navegação direta entre Liverpool e Manaus, com várias escalas, com tabelas módicas e bem reguladas; o ex-presidente tenente-coronel Thaumaturgo de Azevedo, julgando desastradamente fazer uma economia para os cofres públicos, rescindiu o contrato com a referida companhia. Esta imediatamente reformou as suas tabelas, de forma que as passagens, por exemplo, de Manaus a Lisboa, que custavam então 208$000 réis, custam hoje mais de 500$000 réis e as mercadorias, que nos vêm dos portos da Europa nos navios da referida companhia, pagam tanto ou mais de frete do que as que vão dos mesmos portos para o Pacífico". E defendia, além da subvenção a uma companhia sediada em Manaus, ligando a capital a localidades do interior, a subvenção de uma outra, ligando o Amazonas à Europa. Assim, a praça de Manaus lucraria duplamente, pois contaria com uma rede de transportes, ligando a capital aos núcleos e seringais do interior, libertando-a das companhias de navegação sediadas no Pará, que facilitavam os aviamentos feitos nas casas comerciais belemenses, e facilitaria não só a importação dos gêneros europeus, de que a população amazonense necessitava, mas, acima de tudo, a exportação de goma para os países industrializados da Europa. Exportação

de borracha que não parava de crescer e que, de ano para ano, acusava acréscimos superiores a 7 ou 8%. Verificando as tabelas de exportação, é fácil admitir que o Amazonas crescia à medida que a exportação de goma aumentava. As tabelas, por exemplo, chegam a acusar um aumento de 200 mil quilos, entre um mês e outro. E a castanha seguia o exemplo da borracha. A castanha exportada em junho de 1894 foi maior em 34.210 hectolitros, comparando-se a exportação, do mesmo mês, em 1893.

Os homens do Governo do Amazonas podiam, eufóricos, afirmar, em 1895, que, com os aumentos sucessivos da exportação, o Amazonas progredia rapidamente. A exploração desordenada dos produtos nativos, entre eles a castanha, o cacau, o guaraná e, acima de tudo, a borracha permitia que uma cidade nascesse no meio da selva equatorial e crescesse à imagem dos centros mais civilizados da Europa.

Thaumaturgo de Azevedo, governador de 1891-1892.

8 Fim de governo

O ano de 1896 assistiu a ascensão de Fileto Pires Ferreira à chefia do Executivo amazonense. Antes de transmitir o cargo, Eduardo Ribeiro, dirigindo-se aos representantes do povo amazonense, presta contas de seu último ano como governador.

Tinha sido um ano eleitoral e dois representantes ao Congresso Estadual foram eleitos em pleito tranquilo. Aliás, em todo o Brasil, reinava a calma. Na Presidência, Prudente de Morais consolidava a reação contra o Governo de Floriano Peixoto, acalmando o latifúndio e implantando uma política econômico-financeira nos moldes a imprimir confiança aos investidores estrangeiros e aos nossos principais credores europeus.

Falando sobre os recursos do Estado, informava que "as rendas públicas continuam a crescer progressivamente. É extraordinária a diferença que se observa de um exercício financeiro para outro. As previsões orçamentárias são sempre excedidas em consequência dos acréscimos constantes nas rendas arrecadadas". Era a continuação dos dias de fartura. A principal fonte de receita permanecia originária dos direitos cobrados sobre os produtos nativos e, acima de tudo, sobre a borracha. A exportação deste último produto aumentara em seu valor de 1.407.611$217 em 1890, para 8.678.915$657 em 1895.

A euforia da década 1890/1900 pode bem ser representada pela frase de Eduardo Ribeiro: "É extraordinária a fertilidade do solo amazonense, porém o principal de sua produção é a goma elástica que é exportada em larga escala". A prosperidade da época se alicerçava em premissas que seriam, poucos anos depois, inteiramente desmentidas. E é ainda o governador quem fala: "De 1890 a 1895 tem se desenvolvido de um modo extraordinário a exportação dos produtos do Estado, diretamente para os portos estrangeiros". Era a libertação do interior da hegemo-

nia do comércio paraense, aumentando a circulação de dinheiro dentro das fronteiras do Estado e, por conseguinte, de impostos. Continuando sua explanação sobre exportação, dizia que: "O serviço de exportação continua a ser feito pelo trapiche 15 de Novembro, cujas acomodações já se vão tornando insuficientes devido ao grande incremento que tem tido a exportação para os portos estrangeiros. Convém que decreteis meios com os quais possam ser ampliadas as disposições desses armazéns, a fim de evitar futuros embaraços". Já se pensava, à época, em construir um cais, mas tal sonho somente se transformou em realidade em 1904, na Administração Silvério Nery.

Eduardo Ribeiro aproximava-se do momento em que deveria abandonar a chefia do Governo. Uma campanha de calúnias se lança contra sua administração. A principal era a de que estavam "arruinadas as finanças do Estado, havendo um déficit de cinco mil contos". Falava-se, também, que o Governo efetuava despesas não orçamentadas e que a fortuna pessoal do governador atingia a cifras fabulosas. Em vários trechos de suas Mensagens encontramos sua defesa, e ele afirmava em março de 1896 que "a riqueza pública do Amazonas tem tido o mais honesto e moralizador destino que se pode desejar", e que "nenhuma parcela do erário tem sido distraída na minha administração que não tenha imediata aplicação ao bem público". O desencanto de tal campanha fazia com que, entre números, escrevesse: "A grita que contra os atos da minha administração tem levantado o despeito e a ambição de alguns políticos, é a consequência perniciosa de uma campanha de ódios e inveja, filha de espíritos desorientados e maus, cujas pretensões têm sido frustradas". Como estava certo o governador! A inveja, o recalque, o despeito dos desonestos e dos medíocres, ontem como hoje, ao se sentirem inferiorizados ante um Governo honesto, dinâmico, realizador e de alto gabarito intelectual, gera a calúnia, única arma de tais pessoas. E respondia que "a esse conjunto de injúrias e calúnias que contra mim têm sido assacados, eu oponho a análise fria e conscenciosa de todos os meus atos, pra-

ticados à luz meridiana, feita por homens honestos e criteriosos de minha pátria, por aqueles que têm noção clara e positiva dos sentimentos de brio, da honra e da dignidade, e não por aqueles que estão habituados à prática dos atos oriundos de paixões mal contidas e que ainda ontem cavavam a ruína da nossa Pátria ao serviço pago da realeza".

Ao que tudo indica, no final de seu Governo, apenas no tocante à eleição de seu sucessor, poderia, a oposição, reclamar. Pesquisadores atuais têm sido unânimes em defender seu comportamento, no tocante aos dinheiros públicos, à frente do Executivo. Defendendo-se, investia contra seus difamadores, dizendo que "com a lógica positiva dos algarismos hei de provar aos difamadores do meu Governo que no período em que administro este Estado tenho mantido a mais severa e escrupulosa economia na gestão da fortuna pública. Hei de destruir todos esses castelos de inverdades, invectivas e malsinações arquitetadas por individualidades que mal pesam os próprios sentimentos e que não trepidam em malbaratear a honra e a reputação alheia, contanto que consigam satisfazer os próprios interesses". E conclui: "As despesas feitas com grandes melhoramentos operados no Estado estão todas dentro dos orçamentos que votastes".

Agnello Bittencourt, que não poupou Eduardo Ribeiro no episódio da eleição de seu sucessor, refere-se à honestidade de sua administração, escrevendo, em trabalho publicado pelo Governo do Estado do Amazonas em 1962, que "todos os empreendimentos eram precedidos de editais de concorrência pública e respectivo contrato. Nunca o contencioso do Tesouro trabalhou tanto! Poderíamos citar casos em que os chamamentos foram anulados, pelo fato de as propostas não atenderem às conveniências da Fazenda". E prosseguindo: "É que o governador defendia a causa pública, como se ela fosse um patrimônio sagrado".

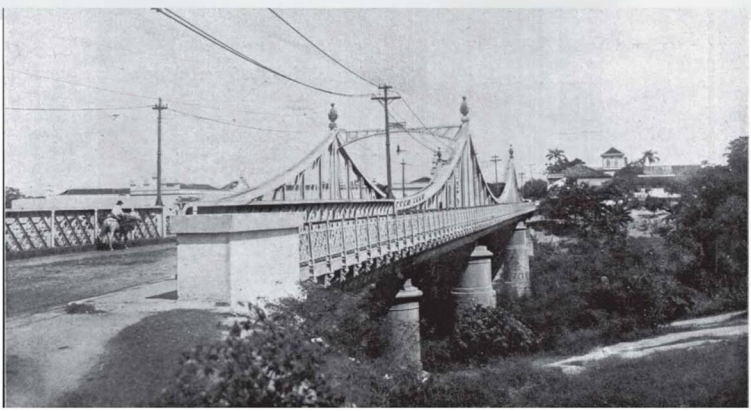
Ao findar seu Governo, Eduardo Ribeiro podia se orgulhar de ter realizado quase todas as obras públicas que tinha proposto. Algumas vezes, o Congresso teve de votar créditos suple-

mentares desde que os preços aumentavam, de um ano para o outro, principalmente o da mão de obra, cada vez mais escassa, à medida que as oportunidades aumentavam para a população do Estado. Mas suas contas estavam em ordem. E a prova disso é que vinham, através dos anos, sendo aprovadas. O que faz com que acreditemos que tinha razão ao afirmar que "contra o meu Governo só há o insulto, a mentira e o embuste, porque me tenho constituído guarda avançada dos dinheiros públicos".

Sem dúvida, Eduardo Ribeiro governou o Amazonas em uma época privilegiada. Nada existia. Tudo estava por fazer. Apenas os recursos, provenientes dos negócios da borracha, entravam com facilidade no Tesouro estadual. Disciplinando a administração, importando técnicos, fazendo executar planos para os melhoramentos julgados necessários, preparando condições para incentivar a imigração do país e do exterior, construindo prédios e levando a atuação do Estado até às povoações mais atrasadas do interior, colocou-se como um marco – antes e depois de Eduardo Ribeiro. Não só por causa da prosperidade econômica. Acima de tudo pela inauguração de uma nova época e de novos métodos de administração.

9 Higiene pública

As AUTORIDADES, durante a década que vai de 1890 a 1900, muito se preocuparam com os aspectos da higiene na capital e no interior. Todas, entretanto, reclamavam o descuido da população. Em documento oficial, encontramos a queixa do Dr. Henrique Alves Pereira de que a população do Estado, no que diz respeito à higiene e ao bem-estar social, eram de um descuido lamentável.



Ponte da Cachoeirinha (Cliché G. Huebner & Amaral)

Eduardo Ribeiro, já em 1893, acreditava ser necessária a execução de um programa de cinco pontos, para melhorar as condições sanitárias de Manaus. Eram eles: 1.º) Saneamento do solo, esgotos, águas fluviais, abastecimento d'água; 2.º) Remoção e destruição do lixo e limpeza pública; 3.º) Vacinação e revacinação; 4.º) Casas para classes proletárias; 5.º) Remoção do hospital de caridade, arrasamento do cemitério de S. José, construção de hospitais para loucos e leprosos.

Era, sem dúvida, uma visão de conjunto das necessidades de uma cidade moderna. Esse avançado programa não pôde ser realizado, por inteiro, na gestão de Eduardo Ribeiro. Muito foi por ele executado. Administradores que o sucederam, também, não puderam realizar tudo, principalmente após a quebra do monopólio da borracha amazônica. Daí em diante, o Amazonas passou a ser incluído entre as mais pobres unidades do Brasil. O ponto quarto, casas para as classes populares, só se tornaria realidade nos anos de 1965 e 1966, na administração do professor Arthur Cézar Ferreira Reis. Nem mesmo as administrações trabalhistas, que se sucederam de 1955 a 1964, foram, por uma ou outra razão, capazes de iniciar um programa de habitação popular.

Eduardo Ribeiro preocupava-se com os problemas de esgotos e, em sua Mensagem de 1893, dizia que, em Manaus, onde não havia ainda uma rede de esgotos, para receber os detritos orgânicos e os resíduos de residências e estabelecimentos comerciais ou industriais, tudo é atirado em plena rua, em prejuízo da saúde da população da capital. E, para melhorar essas condições de higiene, lembrava a necessidade de se cuidar, além da implantação de uma rede de esgotos, da drenagem do solo, da arborização sistemática das praças, do calçamento regular, da lavagem das ruas e do aterro de igarapés. Isto no fim do século 19, em contraste com outros administradores que, em pleno século 20, ignoram a importância de uma arborização inteligente – e vivemos no equador – a limpeza das vias públicas, e mesmo o problema do lixo, limitando-se a, como se fez durante décadas, escolher cuvões, na periferia da cidade, onde atirá-lo e abandoná-lo aos urubus.

Vale a pena transcrever trecho do Relatório apresentado ao governador, em 20 de junho de 1893, pelo Dr. Henrique Alves Pereira. O inspetor interino da Higiene do Estado escrevia que: "as condições topográficas da cidade de Manaus são as melhores possíveis para o estabelecimento de uma rede de canos para esgoto e outras para águas fluviais. Tem feito parte de estudos

de especialistas o difícil problema higiênico da eliminação das matérias líquidas ou pastosas putrecíveis que resultarão dos diferentes misteres da vida animal; e esses estudos têm sido revestidos dos maiores cuidados, visto que são eminentes os perigos que tais matérias são fontes inesgotáveis. A engenharia sanitária tem feito profundos trabalhos, colhendo os mais favoráveis resultados em suas aplicações. As vantagens da canalização da rede de esgotos subterrânea, quando bem instalada e de acordo com os princípios de cada sistema, são incontestáveis, muito especialmente quando fazem parte dela as seguintes medidas: seleção em cada domicílio de local apropriado para o "water-closed" – instalação de gabinete com boa ventilação e iluminação natural, com superfícies internas impermeáveis prestando-se a lavagens francas e completas, com um depósito especial de água para cada gabinete; com caixa alimentada pelo depósito fornecendo cargas intermitentes automáticas e provocadas nas latrinas; anexação ao tubo de descarga das caixas precedentes de pequenos aparelhos de desinfecção lançando em cada carga na latrina também automaticamente uma porção de líquido antisséptico". E o inspetor interino prosseguia, em seu Relatório, detalhando as providências que julgava necessárias para melhorar as condições sanitárias da capital amazonense. A técnica avançada que preconizava, ainda hoje atualizada, deveria ser explicada, cruamente e em detalhes. A população tinha de ser educada e, mais ainda, civilizada. A Manaus de 1900 seria, sem dúvida, uma cidade e não mais a aldeia de 1890. Sua população tinha de ser preparada para tal transformação, em apenas dez anos. O excesso das arrecadações facilitava o trabalho de uma equipe avançada que comandava os negócios do Estado. O maior trabalho era vencer a força da rotina e da tradição.

O trabalho da água foi, inteiramente, resolvido na ocasião e deveria bastar a uma cidade de 50 ou 80 mil habitantes, várias vezes maior do que a da cidade em 1890/1900. O depósito do Mocó, planejado em 1893, e que presta, até hoje, bons serviços

à população manauense, resolveria o problema. Só ele poderia distribuir, em cada 24 horas, 200 litros por cabeça.

A população da capital, além do mais, se apresentava de índole exigente e, em certos aspectos, ignorante. As autoridades queixavam-se ao governador que, no tocante ao lixo, as "reclamações surgem de todas as partes e os reclamantes julgam-se com direito a exigir dos poderes públicos tudo, até o asseio do domicílio, coisa que compete, exclusivamente, ao indivíduo em sua habitação". E, queixando-se dos maus hábitos, no tocante à limpeza da população", executado do modo porque é feito a limpeza das casas, só tem a perder a higiene, pois não só o ar das habitações, mais ainda o da circunvizinhança dos depósitos de lixo, ficam imprestáveis aos misteres fisiológicos do organismo" . Para melhorar essas condições as autoridades, a quem o problema estava afeto, sugeriam ao Executivo as seguintes providências: obrigar a todos os proprietários de prédios a construir no calçado de seus edifícios um depósito impermeável, metálico ou de alvenaria, incapaz de absorver líquidos pútridos ou putrecíveis e preparado de forma a impedir qualquer exalação em pleno ar. Nesses depósitos deveria permanecer o lixo até ser recolhido e posteriormente incinerado.

O pesquisador atual, entretanto, não poderá deixar de se impressionar ante a posição em que se colocava Eduardo Ribeiro e seus auxiliares quanto ao problema habitacional dessas classes menos favorecidas. Leis estaduais e municipais, bem como portarias e instruções eram sancionadas ou baixadas contra a edificação de cortiços, apesar de "alguns capitalistas com seu gênio comercial têm conseguido saltar por cima do mais comezinho princípio higiênico e iludir a suprema administração do município tão somente visando o interesse do bolso". As autoridades citavam, como exemplo, o esforço que o governo federal fazia, no Rio de Janeiro, para extinguir cortiços, inclusive o célebre "cabeça de porco", enquanto que em Manaus "bem poucas são as ruas em que não existe um cortiço". E pode-se ler nos relatórios

de 1894 a afirmação de que "as classes pobres, o mundo dos proletários são, por força de circunstâncias, obrigados a vegetar encovados nesses olvéolos úmidos e lôbregos, sem ar, sem luz e abandonados a uma especulação torpe".

Infelizmente, muito pouco fizeram os administradores da década que estudamos, particularmente, pela camada menos favorecida da população. O apagar das luzes do século 19 assistiu o aceleramento da história. A Revolução Industrial vitoriosa nos países da Europa e na América do Norte, aceitava, como um mal necessário, a marginalização da maior parte de suas populações, que era a "carne de canhão" das grandes usinas, onde a matéria-prima do mundo inteiro se transformava em manufatura. O liberalismo econômico entronizado, acreditando no "laissez--faire", encontrava explicações econômicas para tal marginalização e criava lendas sobre o jovem empresário vindo do nada, enriquecido em uma época maravilhosa em que a imaginação e a pertinência do trabalho conquistavam mercados e construíam impérios industriais. Muito pouco adiantavam as greves operárias no continente europeu, e a choradeira de escritores e poetas. A miséria descrita por Charles Dickens, no máximo, emocionava solteironas e avós em seus serões à volta das lareiras ou à hora do chá. O homem do Amazonas que visitava a Europa, ou que para lá viajava em missão de estudos, se defrontava, na região mais civilizada e rica do planeta, com tal panorama. Era geral essa miséria de proletários, num ciclo de falta de higiene, nos cortiços e nas fábricas, de subnutrição e de trabalho consumindo de 18 a 20 horas do dia. Não se conformar com as condições de higiene pública e doméstica, propondo inclusive um plano de habitação popular no Amazonas, é, realmente, de admirar.

Achamos interessante transcrever trecho de um Relatório do inspetor de Higiene do Estado, em 1893, pois bem ilustra a coragem de que estavam imbuídos os auxiliares de Eduardo Ribeiro, no seu trabalho civilizador. Diz ele que "pelos quadros anexos ao presente relatório, terá ocasião de ver V. Excia. que

a Repartição a meu cargo, interinamente, tem prestado algum serviço à causa pública, embora alguns particulares tenham censurado o modo por que nós cumprimos a letra do Regulamento. É uma simples questão da bolsa do particular que abriga o nascimento da censura, pois o que reza a lei é sempre inconveniente quando afeta a bolsa de quem quer que seja".

A cidade que nascia tinha de ser construída. Seus habitantes domesticados e catequizados para os modernos princípios da higiene e da saúde pública. E isto foi realizado, pois já nos primeiros anos do século 20, a situação se apresentava completamente diferente e, muitos dos princípios por que se bateram os auxiliares de Eduardo Ribeiro, já eram rotina na vida da cidade.

10 Costumes e diversões

Com toda a transformação por que passava, a Manaus, daqueles dias, era uma cidade tranquila. Em 1894, Abel de Souza Garcia, então na Chefia de "Segurança Pública", podia dizer que "sinto satisfação em declarar que tem havido perfeita tranquilidade pública no Estado". E, um pouco ingenuamente, escrevia: "A população vive entregue aos seus labores; pelo que é notavelmente crescente a prosperidade desta parte da República".

Nem mesmo repercutiam na cidade as habituais querelas pela posse dos seringais. Ou porque, realmente, a situação se apresentava calma, ou porque "no centro das florestas, onde se faz a extração da borracha e outros produtos naturais os crimes, por vezes, ficam impunes, esquecidos, ou ignorados, sendo a prática deles, na maior parte dos casos, animada pela certeza da falta de repressão em vista da distância em que as autoridades de Segurança Pública se acham do local dos delitos".

O delito que, à época, mais preocupava as autoridades era o da desordem pública, provocado pela embriaguez, até certo ponto compreensível em uma sociedade em formação, composta, em sua maioria, de homens rudes que viam, de ano para ano, aumentar seus recursos. Ao retornar da selva, o dinheiro ganho com o maior sacrifício tinha destino certo: casas de mulheres ou cabarés. As importações de vinho, champagnes e de licores da Europa, e de cachaça e de outras unidades brasileiras, crescia à medida que a cidade prosperava. As próprias autoridades professavam que "a embriaguez é, aqui, como em toda parte, a causa mais frequente da perpetuação de crimes". No Amazonas, talvez, com a agravante da solidão. Homens que deixaram longe suas famílias e que por meses e meses, quando não anos, vieram em plena solidão, ao regressarem da floresta, com as economias

reunidas há muito custo, iam esquecer os sofrimentos do seringal nas casas de francesas, as mais raras, ou das polacas, estas em maior quantidade. Apenas uma minoria era composta de homens ricos residentes na cidade.

A vinda das mulheres da Europa contribuiria para aumentar a fama da cidade do prazer, que Manaus desfrutou por alguns anos. Falava-se em todo Brasil, e mesmo no exterior, das famosas "francesas" que arruinavam seringalistas e proprietários de Casas Aviadoras, em poucas noites. Ao que tudo indica, essas francesas eram, em sua grande maioria, naturais da Polônia, e chegavam ao Amazonas atraídas pela lenda do novo Eldorado. Muitas, apenas saídas da adolescência, se amasiavam, ao chegarem, e sem fazer parte de bordéis, às vezes, casando com seus amantes. Umas poucas alcansavam situação de grandes damas, esposas de altos comerciantes, médicos, advogados ou políticos. Ao que tudo indica, estabeleceu-se essa confusão de nacionalidade pela facilidade com que, a maioria desses polacas, se expressa em francês. Confusão, talvez, alimentada pelas próprias moças. A moda era a França, e ser francesa aumentava a clientela. Parece-nos, entretanto, que as verdadeiras francesas residentes em Manaus se dedicavam ao comércio de roupas, joias e bijuterias, quando não eram fabricantes de chapéus e costureiras habilíssimas. É interessante notar, entretanto, que o nome "polaca" serviu, durante muitos anos, como adjetivo. Mulher de vida fácil foi, por muito tempo, uma "polaca" no linguajar do manauense e, com esse significado, permaneceu até a década de 30, do nosso século.

Nos dez últimos anos do século 19 começaram a abrir suas portas bordéis importantes, clubes noturnos, bares e cabarés, onde uma quantidade impressionante de bebida importada era, todas as noites, consumida. Tal agitação noturna faria com que, nos primeiros anos do século 20, a cidade do rio Negro fosse o que apresentava a maior vida noturna, em termos re-

lativos, entre todas as suas outras irmãs, do Brasil e de Portugal, sem exceção do Rio de Janeiro ou de Lisboa.

Mas mesmo sendo uma cidade de intensa vida noturna, os homens, que alimentavam os prazeres da Manaus daqueles dias, não se entregavam aos crimes. Relatórios policiais dos anos de 1893 e 1894 acusam, em um período de 12 meses, apenas 5 assassinatos. No mesmo período, em todo o Estado, somente 13 crimes de morte foram registrados. Nesse último caso é possível que as estatísticas não sejam exatas, mas no caso da capital, seria mais difícil um delito de tal gravidade passar despercebido.

Outros delitos perpetrados registra a crônica policial da época. Tentativas de assassinatos, furtos, brigas por mulheres. A incidência, entretanto, não era de preocupar as autoridades. Elas se preocupavam, com maior intensidade, com a falta de cadeias na capital e no interior. Achavam que era da maior urgência "a construção de uma prisão nesta capital em que se execute o sistema penitenciário. Sob todos os aspectos a atual Cadeia Pública é imprópria para o fim a que se destina". Os homens encarregados da administração do Estado se preocupavam com todos os aspectos necessários à existência de uma verdadeira penitenciária, em moldes modernos, na capital. No interior o problema se apresentava com maior gravidade, desde que maioria das cadeias não passava de "casebres cobertos de palha".

Às vezes, as autoridades policiais implicavam com certas associações, como foi o caso de um "Clube Internacional" de propriedade de Alfredo Grondi, que explorava o "Chemin de Fer", considerado jogo de azar e que "faz a infelicidade das famílias e distrai ao trabalho útil tantos homens". Então o chefe de Segurança Pública podia, feliz, informar ao governador que "o simulado 'Clube Internacional' com sede na praça da República, ficou dissolvido, retirando-se desta capital o respectivo dono, Alfredo Grondi, certo de que Monte Carlo não é aqui".

Ainda não tinha o Estado resolvido, em 1894, o problema dos alienados que, infelizmente, eram recolhidos à cadeia

pública, lugar pouco apropriado e onde perturbavam a ordem, sem receber nenhum tratamento.

Mas o importante era que as autoridades se preocupavam com todos esses problemas. Os homens dos dias do monopólio da borracho têm sido acusados, através dos anos, de só terem se ocupado com a construção de prédios suntuosos, palácios ou teatros de ópera. Isto não é verdade. Eduardo Ribeiro, por exemplo, governou o Estado em uma época em que tudo estava por fazer. A capital era uma aldeia. Não possuía praticamente ruas calçadas, arborização, serviço de águas eficiente, esgotos, porto, prédios próprios para abrigar as repartições públicas etc. Muito foi realizado por ele, na capital e no interior, visando, inclusive, a facilitar a exportação dos produtos nativos, a implantação de indústrias e a vinda de imigrantes, principalmente de técnicos e de operários especializados. Errou apenas quando acreditou na extraordinária fertilidade do solo amazonense que "não encontro igual no mundo". Talvez seus sucessores sejam culpados. Ele, entretanto, tinha todas as razões para acreditar na continuação do ciclo de prosperidade, pois o "boom" da borracha apenas começara, assim podemos dizer, em sua primeira administração.

11 Civilização nos trópicos

Avenida Eduardo Ribeiro.

Nos fins do século 19, a Revolução Industrial inglesa tinha se espalhado por toda a Europa e pelos Estados Unidos. As nações europeias haviam criado um grande parque industrial e o mundo ingressava na era da tecnologia. O inventor não era mais considerado um marginal, ou um homem de imaginação. Eles ocupavam um papel destacado na nova sociedade, que se criava à margem das chaminés, onde o senhor rural, o "landlord" ou o "landowner" tinham sido substituídos pelo burguês industrial. Principalmente, os meios de locomoção evoluíam. Após a invenção de Fulton, navios, trens, carros obedeciam a novos processos de fabricação. Se ainda não se conhecia a linha de montagem, que seria uma inovação de Henry Ford, produziam-se: automóveis, por exemplo, em quantidades relativamente grandes para a época. A borracha, portanto, passava a ser um produto desejado, cada vez mais, pelas fábricas da Europa e dos Estados Unidos. E

cada dia que passava uma nova aplicação era encontrada para o produto da Amazônia.

A Inglaterra vitoriana tinha criado e divulgado, em toda a Europa, a figura do homem aventureiro, que enriquecia pelo seu engenho e audácia. O pobrezinho dos bairros miseráveis, ou dos cortiços das grandes cidades, que construía, dentro e fora da Inglaterra, impérios industriais. Histórias como a de Alfred Dunhill eram, naqueles dias, assunto para a imprensa e para os serões, desde as elegantes casas de Belgravia Square ou dos hotéis de Mayfair, até as noites tristes dos mais sórdidos cortiços, da redondeza de Convent Garden. Os londrinos esqueciam o lado triste das figuras de Charles Dickens, para só lembrarem os poucos aventureiros de sucesso, no campo das conquistas imperiais, ou dos pioneiros venturosos das indústrias ou dos empreendimentos coloniais.

Foi, também, no fim do século 19 que os ingleses começaram a chegar no Amazonas e no Pará. Atingiram Manaus como comerciantes, importadores, exportadores, banqueiros, funcionários, ou como investidores em empresas de serviço público. É verdade que muitos dos grandes empreendimentos ingleses só vieram a se concretizar nos primeiros anos do século 20, como a Manáos Harbour até hoje em mãos de acionistas anglo-franceses sendo também, até hoje, majoritários os irmãos Booth, da "Booth Line", que vem, por mais de 60 anos, ligando Manaus à Inglaterra.

A última década do século 19, entretanto, foi o que permitiu a transformação radical da capital do Amazonas. Era a transformação que se iniciara nos últimos dias do Império, mas só viria a se realizar no período republicano. Os ingleses tiveram uma participação decisiva, criando condições de vida civilizada. A eles deverão ser creditados, além do porto, os serviços de esgotos, a luz, os bondes elétricos, a criação de clubes, o início do crescimento da cidade em direção à floresta e aos terrenos mais altos (Vila Municipal), o uso de instalações sanitárias modernas e de vários outros artigos em uso na Inglaterra.

Empreendimentos coloniais ou não, fome de lucros, sede de dominação econômica são argumentos comumente usados e, muitas vezes, com razão. É importante, entretanto, lembrar que o estágio colonial do Brasil daqueles dias, e especialmente da Amazônia, não permitiu a brasileiros, e muito menos aos homens que habitavam a região a realização de tais projetos. Eles eram poucos e se encontravam ocupados em ganhar dinheiro, da maneira mais fácil e mais rápida. E não existia nada parecido com "know-how" na região.

Rua do thesouro – 1901-1902.

O nascimento de Manaus possibilitava, portanto, o enriquecimento rápido, para homens de engenho e audácia, de todos os países. Começaram a chegar à cidade um grande número de europeus vindos da Inglaterra, da França, da Itália, da Alemanha, dos países ibéricos, especialmente de Portugal. O comércio encontrava-se quase todo na mão de estrangeiros. Até de outros continentes, que não a Europa, eles vinham. Os sírios e libane-

ses, por exemplo, se iniciavam nas trocas, nos rios de borracha, como regatões, criando problemas para o comércio feudal, dos senhores de seringais.

Autoridades esclarecidas, europeus imigrantes, capitalistas franceses, alemães e principalmente ingleses se uniram para criar nos trópicos uma civilização. O dinheiro da borracha permitiu o sonho. De 1890 a 1910, principalmente, ou seja, em 20 anos, uma cidade europeia foi planejada e construída às margens do rio Negro, como uma ilha de civilização cercada de terras cobertas de verde, entremeada de águas negras ou barrentas. Cidade calçada de paralelepípedos, iluminada, com serviço de águas e esgoto, com comércio internacional e clubes recreativos. Clube inglês, clube alemão. Com hospitais. Com hotéis. Nela uma população cosmopolita representava a arte de viver. Viver como na Europa, mesmo estando na selva.

O nordestino veio suprir a falta de mão de obra. Vieram outros de regiões mais distantes do país. Veio o maranhense. Vieram europeus. Mas a fome de homens para os seringais era suprida pela população miserável dos Estados nordestinos. E nordestinos também foram a grande maioria dos "coronéis" de seringais.

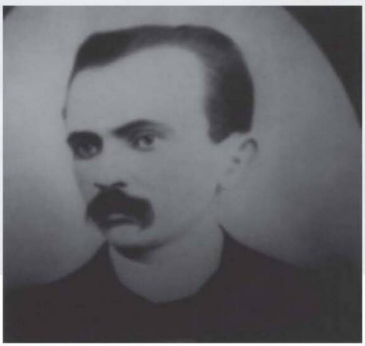
A cidade crescia em população com a chegada de contingentes de nordestinos, e com a vinda de europeus que se ocupavam com a abertura de restaurantes, lojas de tecidos, joalherias, casas de louças e ferragens e de importação de roupas feitas.

Na mesma época, o manauense começa a viajar à Europa. Viagens de estudos ou de promoção do Amazonas, viagens a passeio dos seringalistas ou comerciantes enriquecidos, que iam buscar, na Europa, o descanso para a luta diária nos trópicos. Assim, pouco a pouco a cidade civilizava-se, e até, em certos casos, requintava-se.

O mito do homem de empresa, do aventureiro vitorioso e o dinheiro da borracha foram os meios, à disposição de Eduardo Ribeiro, para a construção da cidade de Manaus. Possibilitaram, sem dúvida, o nascimento de uma cidade nas selvas.

12 Fileto Pires

Fileto Pires Ferreira governou o Amazonas nos últimos anos da década 1890/1900. Sua eleição, ao que parece, não foi lá muito ortodoxa. O Executivo, comandado por Eduardo Ribeiro, teria usado processos menos recomendáveis, para conseguir a eleição de seu favorito, da mesma maneira que o reconhecimento por parte do Congresso Estadual. Também sua sucessão não foi normal. Viajava, pela Europa, quando o governador em exercício, cel. Ramalho Júnior, apresentou ao Congresso um termo de renúncia assinado por Fileto. O Congresso aceitou o documento como verdadeiro, e deu posse definitiva a Ramalho. Imediatamente, versões de fraude passaram a circular pela cidade. Uma delas dizia que, antes de viajar, assinando um volume muito grande de expediente, teria assinado algumas folhas em branco, engenhosamente misturadas com os documentos, sem que desse pelo fato. Outra versão, a que sempre pareceu mais provável, seria a de falsificação de assinatura, pura e simplesmente. Hoje em dia, essa última hipótese é, também, a mais aceita. Na Europa, ao saber de sua renúncia, o governador Fileto Pires Ferreira embarca precipitadamente para o Amazonas. Não chega entretanto a Manaus. Emissários do novo Governo vão ao seu encontro, em Belém do Pará. Após manterem uma conferência sigilosa, o governador decide não mais retornar a seu Estado e parte para o Rio de Janeiro. Ramalho Júnior conti-



Fileto Pires Ferreira, governador de 1896-1898.

nua à frente do Governo, onde teria uma atuação destacada, principalmente no caso acriano.

Durante o tempo em que governou o Amazonas, Fileto Pires Ferreira teve o prazer de inaugurar algumas obras públicas iniciadas por Eduardo Ribeiro e prosseguir várias outras. O Teatro Amazonas foi inaugurado em sua gestão, em noite, como já dissemos, de grande gala, com um espetáculo de variedades, em que se incluíam trechos de óperas. O Palácio da Justiça teve suas obras quase concluídas, mas só seria inaugurado pelo governador Ramalho Júnior.

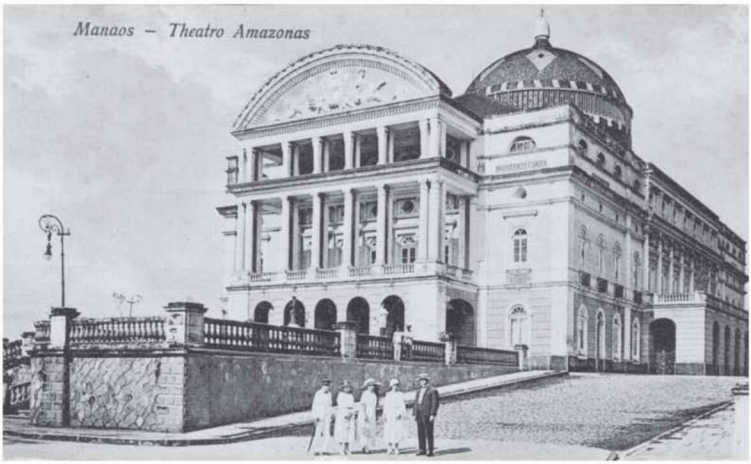
Durante sua curta gestão, a cidade não parou de crescer, nem seus habitantes de progredir economicamente. As finanças do Estado continuavam a permitir todo e qualquer plano mais arrojado e a arrecadação do Tesouro estadual seguia o ritmo ascensional da administração que sucedera. A euforia prosseguia.

Ainda nos primeiros meses do Governo Fileto Pires, a Companhia Lírica Italiana exibiu-se em Manaus, para uma plateia "parvenue" de enriquecidos, que se deleitava com música lírica. E as esposas de importadores e exportadores, de seringalistas e de políticos, podiam ostentar os vestidos importados de Paris, as joias de Portugal ou da França, perfumadas com as águas de Lubin, então a última criação parisiense. Os jornais da época não se fartavam de anunciar a chegada de toalettes, compradas nas mais renomadas lojas, das grandes cidades europeias, principalmente de Paris, das colônias e dos perfumes,

Jose Cardoso Ramalho Junior, governador de 1898-1900.

dos tecidos e dos sapatos e chapéus. Senhoras e cavalheiros a vestirem-se no rigor da moda europeia, em plena capital amazonense.

Naqueles dias, a conversa girava sobre a borracha, qualidade, quantidade exportada, preços; sobre o política nacional e internacional; sobre a necessidade do porto, desde que as rampas e os trapiches de Manaus já não eram suficientes para as operações de carga e descarga e sobre os seringais bolivianos, problema que teria de ser resolvido, pelo Amazonas, em futuro próximo.



Teatro Amazonas.

Nas mensagens aos membros do Congresso Estadual, enviados, anualmente, pelos chefes do Executivo, o problema dos seringais fronteiriços, desde 1892, já estava presente. Lendo essas mensagens, pode-se seguir os antecedentes da quebra da borracha que se avizinhava e que se transformou para o Governo do Amazonas numa questão de honra e de arrecadação de impostos.

O problema do contrabando de borracha, nas fronteiras, era outra preocupação dos governos do Amazonas. E além do

contrabando, a necessidade de explorar os rios da fronteira, ricos em borracha e em caucho. De um Relatório oficial, extraímos o seguinte trecho, que bem ilustra tais preocupações: "No relatório que em 14 de maio do ano passado apresentei a vossa consideração, congratulei-me convosco pelos efeitos da Lei n.º 2, de 10 de agosto de 1891, que regulou a arrecadação da margem brasileira do rio Javari e seus afluentes, porque pressentia que a dita viria também regularizar a boa marcha do comércio naquelas paragens e acautelar as rendas públicas, espancando o contrabando tão preconizado até então por aquele comércio". E já em 1893 nota-se a preocupação de expandir a área de exploração da borracha e do caucho, quando lemos em relatório de Deodato Gomes da Fonseca, o que se segue: "Continuo a pensar que ao rio Javari e seus afluentes está reservado um futuro próximo de enorme prosperidade. Devido a atividade de seus exploradores tornar-se-ão constantemente conhecidos novos afluentes de incalculáveis riquezas de produtos naturais. Um ativo comerciante que acabou de explorar um afluente desconhecido que denominou de Rio Branco, pela cor de suas águas, extraiu como ensaio 45.000 kilogramas de caucho que despachou nesta Repartição. Aos poderes públicos convém lançar suas vistas para aquela região, protegendo e garantindo o direito de prosperidade dos seus habitantes, que tão poderosamente concorrem para o engrandecimento do Estado".

O Governo, em Manaus, transformava-se em digno herdeiro dos governos coloniais, sediados em Lisboa, quando incentivavam e protegiam bandeirantes e aventureiros a prosseguirem sua marcha em direção aos Andes, a serviço de uma mentalidade mercantilista, mas que, em detrimento da Espanha ou de seus sucessores na América Latina, aumentavam as bases físicas do país.

Dessa maneira se portaram Eduardo Ribeiro, Fileto Pires, Ramalho Júnior e Silvério Nery, à frente do Executivo amazonense.

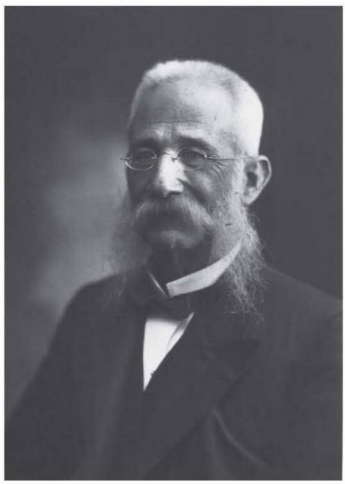
13 Processos políticos

O ano de 1896 foi um ano de transição política. Eduardo Ribeiro seria substituído e teimava, como já vimos antes, em eleger seu substituto. Os jornais da oposição, entre eles o *Amazonas*, órgão do Partido Republicano Federal, não poupava críticas a Eduardo Ribeiro e ao seu candidato. No dia 3 de janeiro desse ano, publicava, em editorial, uma verdadeira catilinária contra a administração do Estado. Sob o título "Mais Esbanjamento", lemos que o "Sr. Eduardo Ribeiro, não podendo mais evitar a satisfação de exigências contra o Tesouro, exigências dos que os cercam, comete toda a sorte de atentados e crimes contra a fortuna pública. Os jornais, oficial e oficioso de Sua Excelência, vivem no mais profundo mutismo a esse respeito; esses atos são praticados no maior segredo; no entanto, sempre respiram no mundo profano, e nós vamos deles dando conhecimento ao público. Já não têm sido poucos os crimes levados a efeito pelo governador do Amazonas e por nós estampados na imprensa, para no futuro julgar-se a honestidade administrativa do Sr. Eduardo Ribeiro. Agora vamos dar conhecimento ao Estado de um novo esbanjamento. O Sr. Dr. Borges Machado, oficial maior da Secretaria do Congresso, seguiu no paquete "Olinda", com destino à Bahia, levando sua exma. família. De quantas pessoas se despedia a bordo dizia que ia tratar de sua saúde, pois estava sofrendo de excitação nervosa e dispepsia. Ultimamente, porém, soubemos que o ilustre funcionário foi em comissão do governo para tratar de sua saúde, com passagem para si e sua família, paga pelo Tesouro, levando alguns contos de réis deste e ainda com 500$000 dos vencimentos de empregado. Registramos mais este esbanjamento de dinheiro do povo. Para ele existe uma justificativa. O Sr. Dr. Borges Machado é casado com a

irmã do Sr. Fileto Pires Ferreira, candidato do Sr. Eduardo Ribeiro a Governação do Estado".

A oposição não dava tréguas a Eduardo Ribeiro. Para eles, o Governo era esbanjador, insensato, corrupto e, completamente, irresponsável. Por má-fé, ou falta de grandeza, não conseguiam compreender o que estavam vendo. O nascimento de uma nova terra, com novos padrões de vida, se bem que para uma pequena minoria, mas, mesmo assim, para a época, uma revolução nas selvas. Sobre Fileto Pires Ferreira, não se diziam coisas menos desagradáveis, e, pelos jornais, a oposição tentava lançar a teoria de sua inelegibilidade, e é, ainda, no *Amazonas*, que lemos: "O Amazonas tem apreciado a candidatura do Sr. tenente Fileto à Governança do Estado pelo lado da impopularidade de que goza, a par da incompetência que manifesta para o governo, mas tem até o presente deixado de encarar a questão pela face que mais deve interessar ao Estado, que é a que se prende à observância de seu direito e principalmente de sua lei fundamental. A Constituição de 1892, no seu artigo 40, diz: 'Para o cargo de governador e vice-governador, exige-se, além das condições gerais de elegibilidade, o seguinte: ser brasileiro nato, estar no exercício de direitos políticos, ter pelo menos trinta anos de idade e cinco de residência no Estado'. A reforma de 19 de agosto último diz, no artigo 40, que 'Para o cargo de governador e vice-governador, exige-se, além das condições gerais de elegibilidade, o seguinte: ser brasileiro nato, estar no exercício dos direitos políticos, ter pelo menos trinta anos de idade e três de residência no Estado'". Vemos, pois, que a idade de TRINTA ANOS é exigida para ser-se eleito governador do Estado, e que a Constituição e a reforma puseram nesse requisito tanto empenho que não o deixaram para o artigo 47, onde foram retiradas as incompatibilidades, além das que devem ser enumeradas em lei ordinária. Em lugar de fazer da idade mínima de TRINTA ANOS uma incompatibilidade, a nossa lei fundamental fez um requisito, estabelecendo assim grande diferença entre este e aquela. Ora,

parece-nos que o Sr. tenente Fileto Pires Ferreira vai fazer vinte e oito anos depois da eleição, depois mesmo do mês de março em que tem de dar-se a eleição, e por conseguinte parece-nos que o Sr. Fileto Pires Ferreira não tem o requisito exigido pelo artigo 40 da reforma de 19 de agosto".



Dr. Jonathas Pedrosa, governador de 1913-1917.

O clima de Manaus era agitado em relação às eleições. Nos jornais da época, ao lado de deliciosos, e, algumas vezes, ingênuos anúncios de curas milagrosas de doenças imaginárias, ou publicidade sobre conservas, vinhos e licores, os artigos se sucediam, atacando ou defendendo Eduardo Ribeiro e seu candidato. Artigos, muitas vezes, ferinos, cheios de sutilezas ou de intenções depreciativas.

Mesmo assim, Fileto Pires foi eleito. Eleito e reconhecido pelo Congresso Estadual.

Dois dias após as eleições os jornais da oposição, e principalmente o *Amazonas*, afirmavam que o eleito tinha sido o Sr. Jonathas Pedrosa, seguido pelo tenente Fileto Pires, e ten-

do, em terceiro lugar, o senador Manoel Francisco Machado, barão do Solimões. E começava uma campanha contra o que chamava de corrupção eleitoral, fraude etc.

A oposição garantia que a vitória tinha sido de Jonathas Pedrosa, e só por um passe de mágica, comandado pelo Palácio do Governo, ela tinha ido parar nas mãos de Fileto Pires Ferreira. Mas passe de mágica ou não, eleito e reconhecido, foi o tenente empossado como governador.

Não ficaria, entretanto, muito tempo no Governo e, ao que parece, por um passe de mágica, cede o lugar ao cel. Ramalho, que se transformaria em um dos grandes governadores do Amazonas, principalmente, na condução dos primórdios da crise acriana.

14 A renúncia

Eduardo Ribeiro governou o Amazonas de 1892 a 1896, inaugurando a grande era do Estado e de sua capital. A 23 de julho de 1896, assume a chefia do Executivo amazonense o tenente Fileto Pires Ferreira, que governaria até 4 de abril de 1898, sendo substituído por Ramalho Júnior que, por sua vez, deixaria o Governo a 23 de julho de 1900. A esses três governadores deve Manaus a sua realização, como cidade moderna, na última década do século 19.

Combatidos por uma oposição ilustre, em que militavam Jonathas Pedrosa, Lima Bacury, Ferreira Pena, Raimundo Salgado, senador Manoel Machado (barão do Solimões), Joaquim Sarmento, Sérgio Pessoa, Simplício Mello Rezende, entre outros membros do Partido Republicano, esses governadores continuaram, incessantemente, a trabalhar pela grandeza do Estado, errando, talvez, muitas vezes, mas ousando inovar e criar uma civilização em plena floresta equatorial.

O ano de 1898 traria aos amazonenses a surpresa da renúncia de Fileto Pires, que embarcara para a Europa, deixando, em seu lugar, o coronel Ramalho Júnior. O governador Fileto Pires, mesmo na Europa, continuava a ser o alvo de uma terrível campanha por parte dos membros do Partido Republicano. Dele se dizia, inclusive, que se aproveitara de uma eleição espúria, viciada, que tinha dado, realmente, a vitória aos candidatos da oposição. Eleições que se diziam "fruto da mais ousada usurpação e da fraude a mais escandalosa, pois até a qualidade de elegível faltava ao Dr. Fileto Pires, atual governador de fato do rico Estado". Acusava-se, também, ao governador e ao vice-governador em exercício, de proteger certas firmas empreiteiras, em detrimento de outras, e de transformar Manaus em cidade de eternas escavações.

A paixão política tudo negava aos governadores. Ainda em 1898, ao regressar a Manaus, Eduardo Ribeiro é recebido pela imprensa oposicionista da maneira mais deselegante e agressiva. Podia-se ler, à guisa de saudação, que "com a chegada do capitão Eduardo Ribeiro e com a entrada do major José Ramalho para o Governo deste outrora florescente Estado, a desgraça pavorosa manifestou-se em toda a circunscrição amazonense". Nem mesmo o grande número de melhoramentos, introduzidos durante esses anos, na capital do Amazonas, era reconhecido, pois os editoriais da oposição diziam que "a nossa bela Manaus, outrora tão saudável e aprazível, acha-se reduzida a um centro pestilento, porque os dominadores da administração pública neste Estado tudo têm feito com o fim, ao que parece, de transmitirem, aos seus vindouros, exemplos da mais apurada desonestidade". Qualquer novo empreendimento, mesmo a simples instalação de esgoto, que demandava escavações, era interpretada, pela oposição, como uma nova negociata, feita para beneficiar uma firma empreiteira qualquer.

Mas no segundo semestre desse ano, a oposição teria um assunto melhor para discutir. A renúncia de Fileto Pires Ferreira. Assunto que interessaria não somente aos políticos e ao povo amazonense, mas quase todo o país, pois o governador, ao retornar da Europa, e ainda em Belém, telegrafa ao governo federal solicitando "intervenção do Poder Federal para lhe ser restituído o exercício das funções legais inerentes ao seu cargo, visto ser falsa a asserção de haver renunciado". E parece que essa era a opinião de quase toda a imprensa que se ocupou do acontecimento, quer no Amazonas, quer no Rio de Janeiro. O governador tinha sido deposto por um engenhoso golpe de Estado. Apenas ninguém compreendia a razão por que o governador logrado não tentara assumir seu posto em Manaus, nem mesmo lá tenha desembarcado, tendo voltado do meio do caminho para Belém do Pará. Até mesmo os jornais que lhe tinham feito oposição concordavam,

que deveria ter tentado reassumir, e, como isso não tinha acontecido, deveria o Governo Central intervir no Estado.

Os jornais, que defendiam o novo governador, afirmavam que, se realmente Fileto Pires não tivesse renunciado, ele, de fato, teria tentado reassumir. Então sim, se impedido, o Poder Federal deveria intervir. Como isso não tivesse acontecido, não se entenderia a intervenção.

Reassumindo, chegamos à conclusão de que, realmente, se tramou com certa antecedência a deposição do governador Fileto Pires Ferreira, de comum acordo com o Congresso Estadual. Avisado da evolução dos acontecimentos, embarca, secretamente, da Europa para o Brasil. Ao chegar a Belém, recebe a comunicação de que o Congresso Estadual tinha aceito a sua renúncia. Telegrafa, protestando, porém em vão. Toma uma embarcação especial e se dirige para Manaus. No meio do caminho retorna a Belém, e lança mão de todos os recursos para anular o reconhecimento do novo governador, solicitando, inclusive, a intervenção federal, o que não consegue. É bem verdade que a Câmara dos Deputados nomeia uma comissão de sindicância, que viaja, inclusive, ao Norte. Mas não modificaria a situação de fato.

Desses acontecimentos nasceram várias lendas. Uma delas a de que o vice-governador ofertara à esposa do presidente da República valiosíssimo colar de pérolas, comprando, dessa maneira, seu apoio na questão. Outra, a de que o próprio Fileto teria sido comprado, o que não parece verdadeiro, pois o governador lutou bastante para ser reconduzido ao poder.

A verdade é que, apesar desses acontecimentos políticos, Ramalho demonstraria ser um esplêndido administrador, da mesma maneira que Eduardo Ribeiro, de quem, sob certos aspectos, foi o continuador da obra no Governo.

15 Uma cidade europeia na floresta

Assim era Manaus ao se apagarem as luzes do século 19. Uma cidade que nascia cheia de confiança em seu futuro, acreditando na riqueza sem-fim, do solo e da floresta, em sua volta, vendo chegar diariamente, de todo o Estado, polpudas arrecadações que permitiam os sonhos mais audaciosos e a vontade de criar uma Paris nas selvas.

Avenida Joaquim Nabuco (trecho recalçado sobre leito de areia).

Seu povo, sua sociedade, passaram a seguir os padrões da França e da Inglaterra, da Alemanha e da Itália. Belém, cidade maior e economicamente mais importante, servia de emulação. Tinha-se de correr e alcançar progresso igual ao da capital paraense.

Os políticos, entretanto, não se preocupavam somente com o poder, ou com a suntuosidade dos prédios que planejavam. Eduardo Ribeiro e Fileto Pires pensaram e organizaram planos, no incentivo à imigração, que se fazia, em grande quantidade, espontaneamente. A motivação do comércio da borracha era suficiente para atrair brasileiros e estrangeiros, principalmente nordestinos, sempre às voltas com secas e com o problema do latifúndio. Ramalho planejou e chegou a organizar colônias, para incentivar o desenvolvimento da agricultura. Mas a imigração centralizava, em grande parte, os atenções dos governos. A ocupação do Estado parecia ser a necessidade maior. Uma população ativa, ordeira, vivendo, não somente nas várzeas, mas explorando as florestas de terras firmes, seria, naqueles dias, a solução maior. A expansão do Amazonas em direção ao Pacífico, às terras ricas em borracha da região acriana, foi uma necessidade para o comércio amazonense. O problema de se encontrarem tantos e tão ricos seringais, em terras estrangeiras, não parecia ser de maior monta. O importante era que esses seringais fossem explorados por brasileiros, sua exportação feita por meio do Amazonas, suas taxas pagas ao Tesouro do Estado. As rendas, que aumentavam, dia a dia, permitiam a execução dos grandes melhoramentos desejados pela capital, davam emprego a uma população urbana e faziam a fortuna de empreiteiros, importados, em sua maioria, da Europa.

Não importa se os administradores daqueles dias tivessem tantos e tão ilustres opositores. Eles cumpriram sua missão. Prepararam a expansão da economia amazonense em direção aos países vizinhos, alargando as fronteiras físicas do país. Organizaram, em moldes modernos, uma região de quase dois milhões de quilômetros quadrados de selva. Importaram técnicos e artistas. Incentivaram a imigração. Possibilitaram a instalação dos mais modernos serviços, em suas cidades maiores. Pensaram na educação. Deram monumentalidade, em certos aspectos, a Manaus, e dignidade aos prédios que abrigavam a administração

do Estado. Vivia o mundo, ao findar o século 19, no auge do reinado da doutrina do "laissez-faire". Portanto, para aqueles homens, que se nutriam de doutrinas europeias, que respiravam as notícias publicadas nos diários e semanários parisienses, que se alimentavam de artigos importados, não se poderia esperar muito mais. E o que a técnica brasileira não podia fazer, chamavam a técnica inglesa ou francesa em seu lugar. Iluminação, transportes, águas, esgoto, instalações portuárias foram, voluntariamente, entregues pelos governos que se sucederam, entre 1890 a 1904, à exploração de sociedades anônimas europeias, subvencionadas, às vezes, pelo governo estadual. O que importava era fazer de Manaus uma capital europeia, um polo de modernismo no continente sul-americano.

O burguês enriquecido, as elites que sobreviveram da Monarquia e que, tão bem, se adaptaram ao novo regime, o seringalista ou o seringueiro que havia obtido sucesso econômico não foram forçados a aderirem a esses processos de europeização. Muito pelo contrário, a adesão foi quase que imediata e voluntária.

Os jornais da época, entre eles *A Federação* e o *Amazonas*, publicavam páginas inteiras, de anúncios, alguns bilingues. Os grandes armazéns, "Printemps" e "Galeries LaFayette", anunciavam, normalmente, nos diários amazonenses. Os perfumistas, os laboratórios farmacêuticos, os fabricantes de vinhos e licores usavam o mesmo expediente, indicando que os índices de importação eram bastante altos. E a cidade contava com pouco mais de 20 mil habitantes. O poder aquisitivo, das diversas camadas da população manauense, compensava o trabalho, de lojas e fabricantes de artigos manufaturados, principalmente de roupas e alimentos, de anunciar e exportar para a cidade tropical.

Os sabonetes "Ixora" de Pinaud, o "Gaz Acetylene" de Deroy Fils Ainé, os medicamentos "Le Roy", "Humphrey's Medicine Co.", "Laroyenne", "Rob Lechaux", "Neurosine Prunier", "Elixir St. Vincent de Paul", e as famosas injeções "Cadet", as cervejas da

Bavária, os vestidos dos armazéns "Louvre", "LaFayette", "Printemps" e "Au Bom Marche", de Paris, os chapéus da Itália e as casimiras da Inglaterra, bem como os linhos da Bélgica ocupavam grande parte das páginas de anúncios dos diários de Manaus.

Nos locais reservados à chegada e saída de passageiros, o costume que fincava raízes. Famílias inteiras que viajavam à Europa em gozo de férias, a tratamento de saúde, ou apenas para se divertir, despediam-se pelos jornais. Tornou-se comum ver grupos e mais grupos de amigos deslocarem-se para a França, onde passavam largas temporadas, onde educavam os filhos, e, também, onde muitas vezes possuíam propriedades. O inglês e o francês passaram a ser línguas faladas, com muita naturalidade, e os jantares, seguidos de saraus, onde as jovens exibiam-se, tocando, em pianos de cauda, um acontecimento vulgar.

Os teatros, desde o Amazonas, até os menos importantes, apresentavam artistas estrangeiros, não especialmente franceses, como muito se disse, mas, também, italianos, espanhóis e portugueses. Os espetáculos de operetas e "zarzuellas" eram relativamente comuns. Se bem que Caruso ou Pavlovna nunca tenham se apresentado no Teatro Amazonas, conforme lenda que corre pelo país; artistas conhecidos de diversos países da Europa apareceram em seu palco.

Enfim, quando o século 20 começou, Manaus era o oposto do pequeno burgo dos últimos dias da Monarquia. Já se podia considerar uma cidade, pelo que apresentava como urbanismo e arquitetura, e por sua vida social. E ela não pararia de crescer, até o primeiro conflito mundial. Somente a quebra do monopólio da borracha decretaria sua morte. E isto foi evitado pela luta teimosa de alguns milhares de amazonenses, que continuaram a lutar e a trabalhar para que sua capital continuasse a existir e, mesmo, a crescer e a progredir, em ritmo bem mais lento, é verdade, mas, assim mesmo, a se desenvolver.

Este livro foi impresso em Manaus pela **Gráfica Moderna** – o miolo e capa – foram feitos pela Cultura Edições Governo do Estado

Associando-se aos festejos comemorativos do aniversário de Manaus nos seus 343 anos, a Academia Amazonense de Letras reedita a importante obra do historiador e confrade Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, *O Nascimento de uma cidade*, obrigatório nas bibliotecas especializadas e particularmente nas escolas e universidades como contribuição ao conhecimento e formação da juventude estudantil de nossa terra.

Secretaria de
Estado de Cultura

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHANDO PARA
CRIAR OPORTUNIDADES

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA